

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Empreendedorismo e Inovação

# **POLÍTICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO DO BRASIL**

## **RELATÓRIO FORMICT 2017**



**BRASÍLIA 2019**

**Presidente da República**

Jair Messias Bolsonaro

**Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**

Marcos Cesar Pontes

**Secretário-Executivo**

Julio Francisco Semeghini Neto

Política de Propriedade Intelectual das Instituições  
Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil

Brasília  
**2019**

© Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Permitida a reprodução parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Endereço:

**Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)**

Secretaria de Empreendedorismo e Inovação

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sobreloja, sala 181

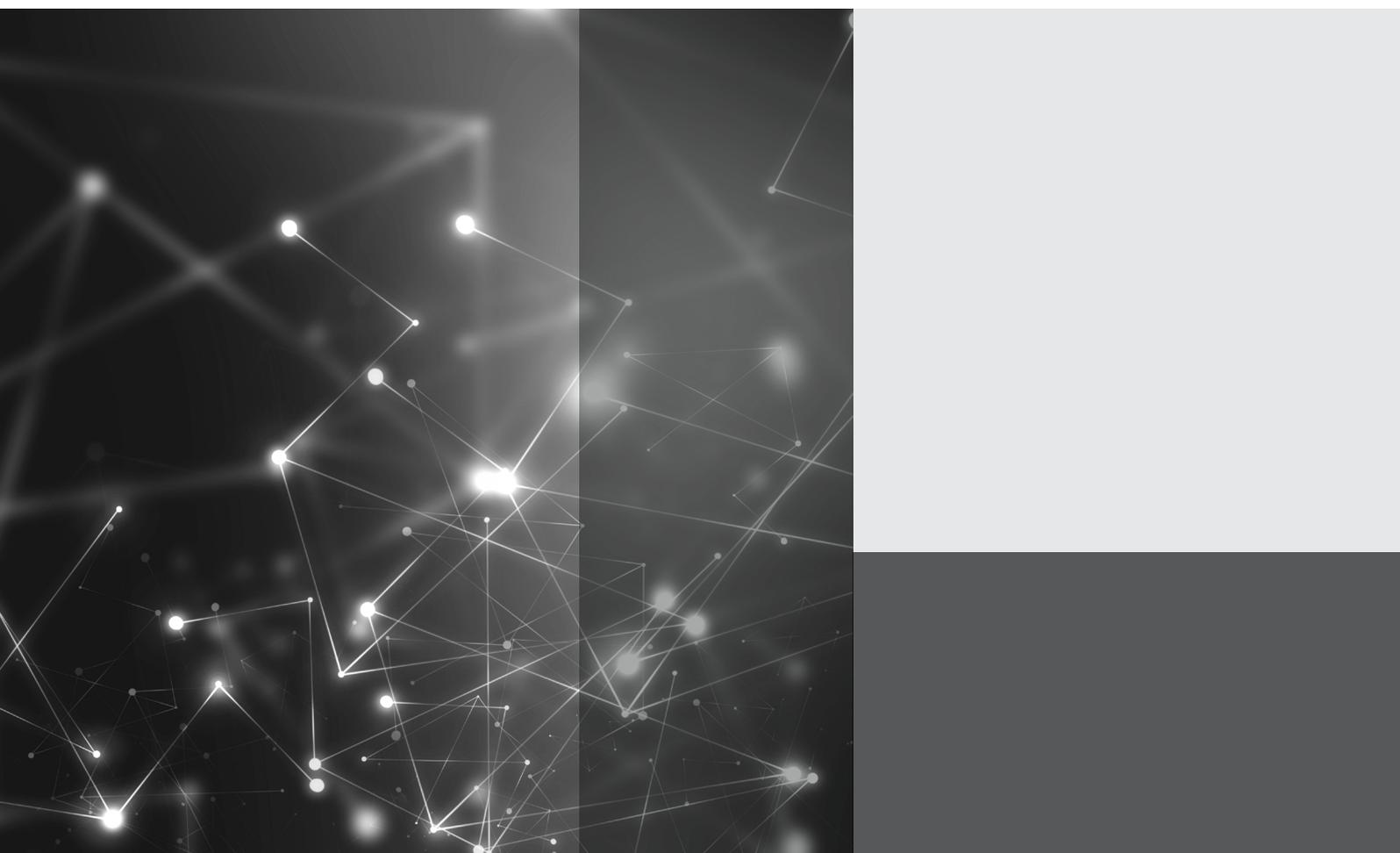
Telefone (61) 2033-7809

CEP: 70067-900, Brasília – DF, Brasil

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
Secretaria de Empreendedorismo e Inovação

# **POLÍTICA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS ,TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO DO BRASIL**

## **RELATÓRIO FORMICT 2017**



**BRASÍLIA 2019**

## TABELAS

- Tabela 1 – Distribuição de ICT por natureza jurídica
- Tabela 2 – Distribuição de ICT por perfil
- Tabela 3 – Distribuição de ICT por região
- Tabela 4 – Implementação da política de inovação
- Tabela 5 – Composição dos recursos humanos do NIT por situação funcional
- Tabela 6 – Composição dos recursos humanos do NIT por formação profissional
- Tabela 7 – Quantidade de ICT com pedido de proteção no ano-base 2017
- Tabela 8 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país
- Tabela 9 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país
- Tabela 10 – Tipos de pedidos de proteção requeridos
- Tabela 11 – Comunicações de invenção x proteções requeridas por perfil ICT
- Tabela 12 – Tipos de proteções requeridas x setor econômico
- Tabela 13 – Tipos de proteções concedidas x setor econômico
- Tabela 14 – Cotitularidade das proteções
- Tabela 15 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto
- Tabela 16 – Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade
- Tabela 17 – Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região
- Tabela 18 – Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2017

## GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Distribuição de ICT por região
- Gráfico 2 – Atividades da política de inovação
- Gráfico 3 – Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas
- Gráfico 4 – Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas e privadas
- Gráfico 5 – Perfil das instituições com NIT em implementação e não implementado
- Gráfico 6 – Compartilhamento do NIT
- Gráfico 7 – Implementação das atividades essenciais dos NIT
- Gráfico 8 – Implementação das atividades complementares dos NIT
- Gráfico 9 – Perfil das ICT com pedido de proteção no ano-base 2017
- Gráfico 10 – Índice de proteção por tipo de instituição
- Gráfico 11 – Distribuição das proteções requeridas no setor indústrias de transformação
- Gráfico 12 – Quantidade de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia
- Gráfico 13 – Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia
- Gráfico 14 – Montante dos contratos de tecnologia firmados em 2017
- Gráfico 15 – Comparativo do quantitativo de ICT que responderam o Formict
- Gráfico 16 – Comparativo da distribuição de ICT por região
- Gráfico 17 – Comparativo da implementação da política de inovação
- Gráfico 18 – Comparativo do estágio de implementação dos NIT
- Gráfico 19 - Composição dos recursos humanos dividido por instituições com NIT Implementado e Em implementação
- Gráfico 20 – Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção
- Gráfico 21 – Comparativo da quantidade de pedidos de proteção
- Gráfico 22 – Comparativo do montante dos contratos de tecnologia

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA</b>	<b>12</b>
<b>4. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA</b>	<b>14</b>
4.1 Estágio de Implementação do NIT	15
4.2 Compartilhamento do NIT	19
4.3 Recursos Humanos do NIT	17
<b>5. PROTEÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL</b>	<b>25</b>
5.1 Instituições com Pedidos de Proteção	25
5.2 Análise dos Pedidos de Proteção	28
<b>6. CONTRATOS DE TECNOLOGIA</b>	<b>35</b>
6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia	35
6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia	36
6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia	41
<b>7. ANÁLISE COMPARATIVA 2013/2014/2015/2016/2017</b>	<b>42</b>
<b>8. CONCLUSÃO</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar os dados consolidados relativos ao ano-base 2017 fornecidos pelas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICT) ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), por meio do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Brasil (Formict).

O formulário eletrônico, disponível na página [www.mct.gov.br/formict](http://www.mct.gov.br/formict), deve ser preenchido anualmente pelas ICT por determinação da Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação), que estabelece no artigo 17 que as ICT públicas e as privadas beneficiadas pelo poder público deverão enviar informações anuais ao MCTIC. Em 2018, o formulário esteve disponível para preenchimento de 16/01/2018 a 10/04/2018.

Para fins da Lei de Inovação, é considerada ICT órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. As informações prestadas de forma voluntária pelas ICT privadas não beneficiadas pelo poder público integram a base de dados do MCTIC e fazem parte deste relatório.

No ano-base 2017, o formulário foi preenchido por 297 instituições. A Figura 1 apresenta a sigla das instituições que preencheram o Formict e os seus respectivos estados. A lista nominal destas instituições encontra-se no Apêndice.

# LISTA DAS INSTITUIÇÕES POR ESTADO QUE PREENCHERAM O FORMICT

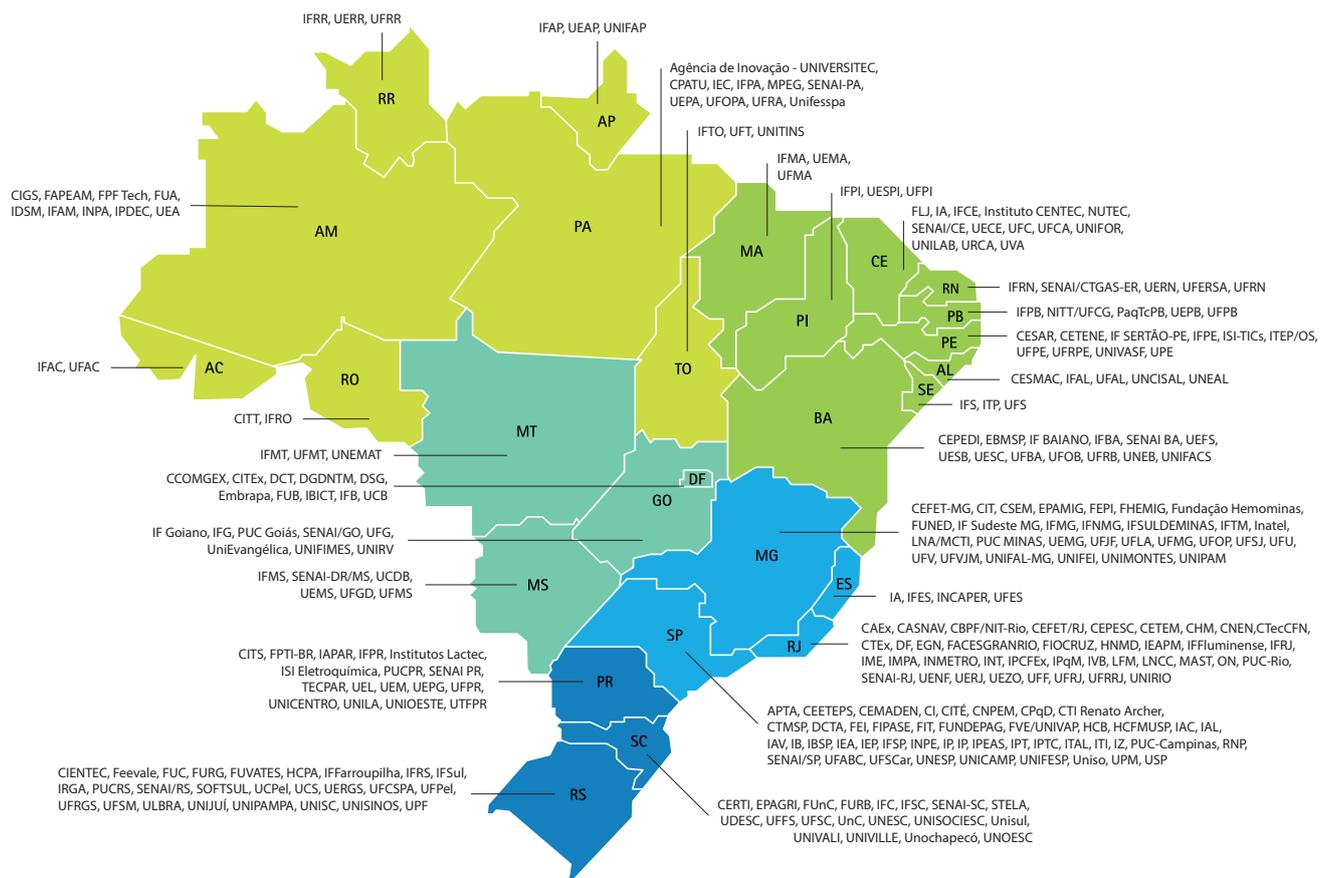


Figura 1 – Distribuição de ICT por estado  
Fonte: Formict/MCTIC

## 2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E DE INOVAÇÃO

Das 297 instituições que preencheram o Formict, 212 apresentaram-se como instituições públicas e 85 como instituições privadas. No que diz respeito à natureza das instituições, verificou-se que 67,9% correspondem ao nível federal. Já as instituições em nível estadual correspondem a 29,2%, enquanto as instituições em nível municipal apenas 2,8%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 71,4% e o de instituições privadas, 28,6%.

**Tabela 1 - Distribuição de ICT por natureza jurídica**

NATUREZA DA INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE	%
Privada	85	28,6
Pública	212	71,4
Federal	144	67,9
Estadual	62	29,2
Municipal	6	2,8

Fonte: Formict/MCTIC

Em relação aos perfis de ICT que preencheram o formulário, verificou-se que as Instituições de Ensino Superior apresentaram o maior quantitativo dentre as instituições (47,8%), seguidas pelos Institutos de Pesquisa (24,6%) e pelo Institutos de Educação Profissional e Tecnológica (15,2%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 12,5%.

**Tabela 2 - Distribuição de ICT por perfil**

PERFIL	QUANTIDADE	%
Instituição de Ensino Superior	142	47,8
Institutos de Pesquisa	73	24,6
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica	45	15,2
Outros	37	12,5
<b>TOTAL</b>	<b>297</b>	<b>100</b>

Fonte: Formict/MCTIC

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 40,6% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 20,8% informaram a região Nordeste e 15,6% informaram a região Sul. Localizadas na região Norte e Centro-Oeste, apenas 13,2% e 9,9% respectivamente.

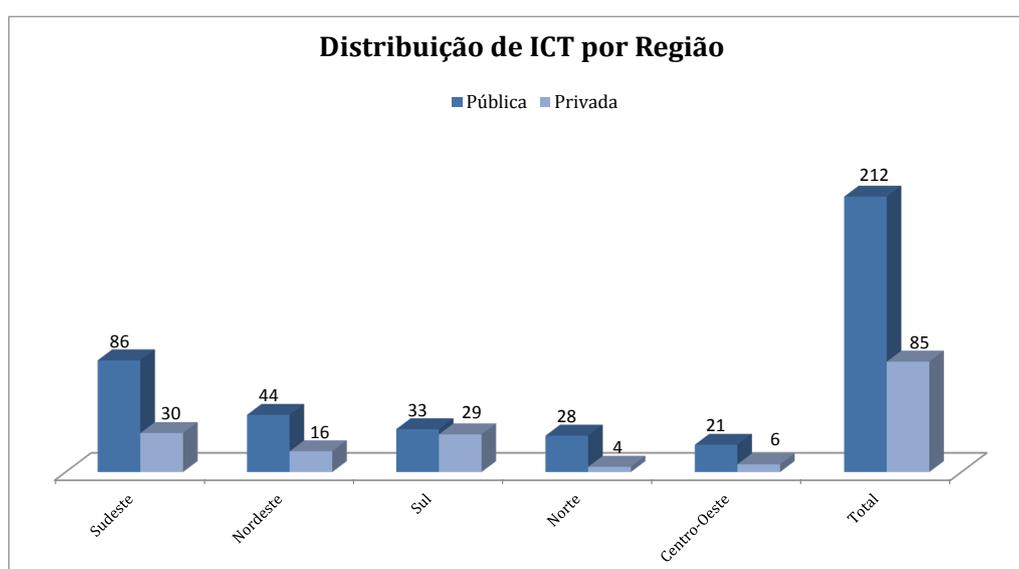
Em relação às instituições privadas, um número semelhante às públicas informou sua localização na região Sul, correspondendo a 34,1%, na região Sudeste o percentual corresponde a 35,3%, na região Nordeste corresponde a 18,8%, na região Centro-Oeste a 7,1% e na região Norte a 4,7%, conforme demonstra a Tabela 3.

**Tabela 3 - Distribuição de ICT por região**

REGIÃO	PÚBLICA	%	PRIVADA	%
Sudeste	86	40,6	30	35,3
Sul	33	15,6	29	34,1
Nordeste	44	20,8	16	18,8
Norte	28	13,2	4	4,7
Centro-Oeste	21	9,9	6	7,1
<b>TOTAL</b>	<b>212</b>	<b>100</b>	<b>85</b>	<b>100</b>

Fonte: Formict/MCTIC

No gráfico 1, abaixo, é possível conferir o comparativo da distribuição de ICT entre as regiões, considerando instituições públicas e privadas.



**Gráfico 1 – Distribuição de ICT por região**

Fonte: Formict/MCTIC

### 3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

No que diz respeito à existência de uma política da inovação, ou seja, documentos formais com diretrizes gerais que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação, à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, 72,2% das instituições públicas e 69,4% das instituições privadas informaram que detêm uma política de inovação implementada.

Tabela 4 - Implementação da política de inovação

POLÍTICA DE INOVAÇÃO IMPLEMENTADA	PÚBLICA	%	PRIVADA	%	TOTAL	%
Sim	153	72,2	59	69,4	212	71,4
Não	59	27,8	26	30,6	85	28,6
<b>TOTAL</b>	212	100	85	100	297	100

Fonte: Formict/MCTIC

Por parte das instituições que informaram possuir a política de inovação implementada, verificou-se que *Gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia* foi uma das atividades que tiveram maior incidência na política de inovação das instituições. As atividades que tiveram menor incidência foram *Empreendedorismo, gestão de incubadoras e participação no capital social de empresas*, conforme demonstra o Gráfico 2.

## Política de Inovação - Diretrizes e Objetivos Estabelecidos

■ Implementado ■ Não Implementado



Gráfico 2 – Atividades da Política de inovação

Fonte: Formict/MCTIC

## 4. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Conforme estabelecido pelo Art. 16 da Lei de Inovação, a ICT deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica são:

I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;

II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;

III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;

IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;

V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

VII - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT; (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

VIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT; (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

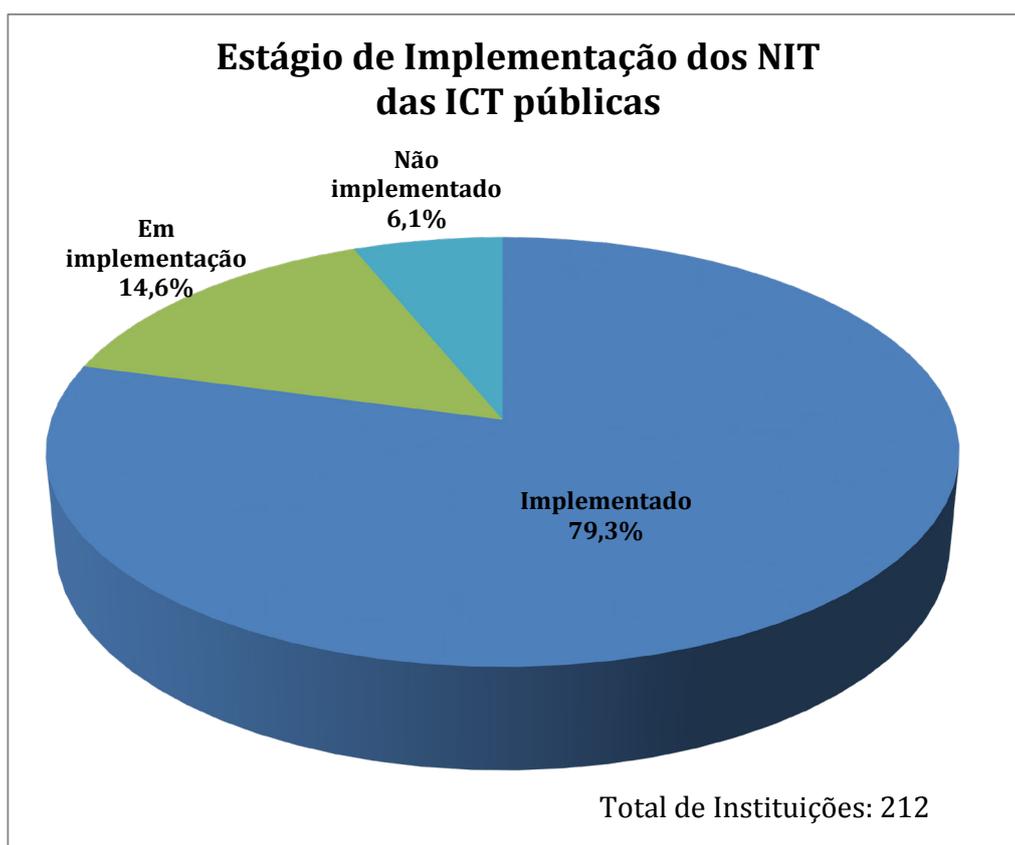
IX - promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º; (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

X - negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016).

## 4.1 Estágio de Implementação do NIT

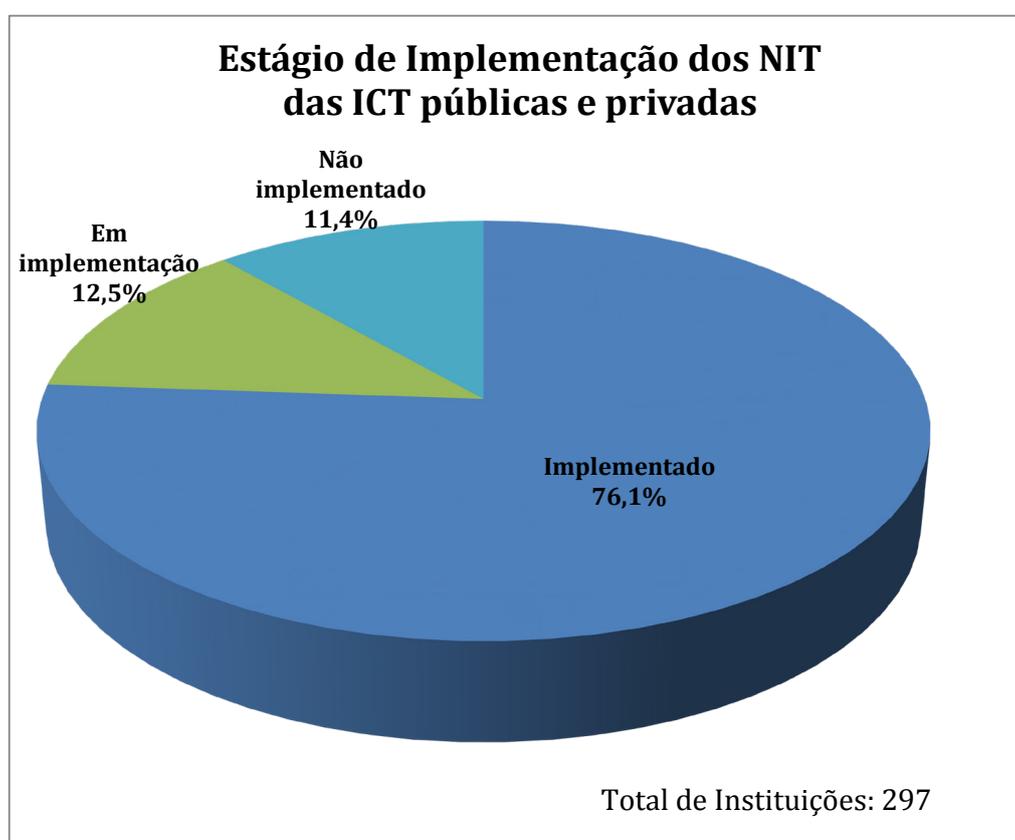
No que diz respeito ao estágio de implementação dos NIT, verificou-se que 168 instituições públicas (79,3%) informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 13 instituições públicas (6,1%) informaram que o NIT não está implementado e 31 instituições públicas (14,6%) informaram que está em fase de implementação, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Por parte das instituições privadas, 58 instituições privadas (68,3%) informaram que possuem o NIT implementado, 21 instituições privadas (24,7%) não possuem NIT implementado e 6 instituições (7,0%) informaram que o NIT encontra-se em fase de implementação.



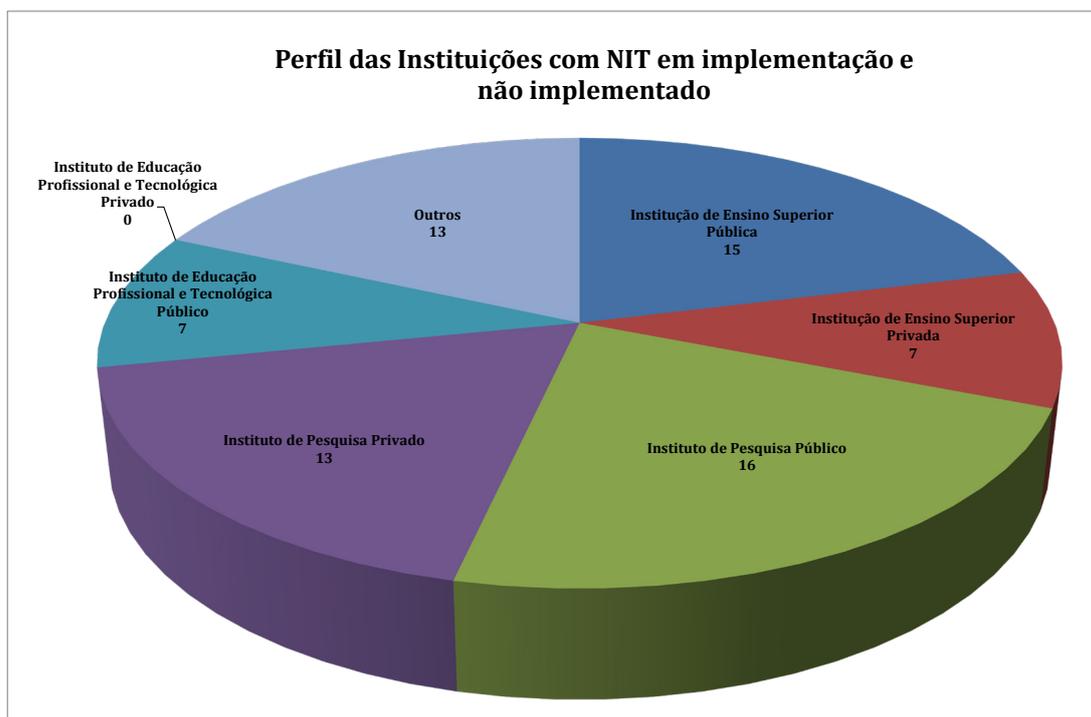
**Gráfico 3** – Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas  
Fonte: Formict/MCTIC

No cômputo geral, verificou-se que 226 instituições (76,1%), sejam essas públicas ou privadas, informaram que seus NIT estão implementados, 37 instituições (12,5%) informaram que o NIT está em fase de implementação e 34 (11,4%) informaram que ainda não foram implementados, conforme demonstrado no Gráfico 4.



**Gráfico 4** – Estágio de implementação dos NIT das ICT públicas e privadas  
Fonte: Formict/MCTIC

Com relação às 71 instituições que possuem NIT em implementação ou não implementado verificou-se o seguinte: 22 *Instituições de Ensino Superior*, 29 *Institutos de Pesquisa*, 07 *Institutos de Educação Profissional e Tecnológica*, e 13 *Outros*



**Gráfico 5** – Perfil das instituições com NIT em implementação e não implementado  
 Fonte: Formict/MCTIC

## 4.2 Compartilhamento do NIT

Com relação às instituições que possuem NIT implementado ou em implementação, verificou-se que 169 instituições públicas (84,9%) informaram que o NIT é exclusivo e 30 instituições públicas (15,1%) informaram que o NIT é compartilhado com outras instituições. Apenas 02 instituições privadas (3,1%) informaram que o NIT é compartilhado e 62 instituições privadas informaram que o NIT é exclusivo (96,9%).

No total, verificou-se que 231 instituições (87,8%), sejam estas públicas ou privadas, informaram que o NIT é exclusivo, 32 instituições (12,2%) informaram que o NIT é compartilhado, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Os seguintes NIT compartilhados foram citados pelas ICT:

- **NIT-APTA:** Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), Instituto Biológico (IB), Instituto de Zootecnia (IZ), Instituto de Pesca (IP), Instituto Agrônômico (IAC), Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- **NIT-EB (Exército Brasileiro):** Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEx), Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx), Centro Tecnológico do Exército (CTEx), Centro de Avaliações do Exército (CAEx), Instituto Militar de Engenharia (IME), Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber) e Diretoria de Fabricação (DF).

- **NIT-Mantiqueira:** Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM); Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun (von Braun); Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI); Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE/UNIVAP); Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA).

- **NIT-MB (Marinha Brasileira):** Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM) ; Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); Escola de Guerra Naval (EGN); Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD); Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM); Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV); Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM); Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM); Centro de Hidrografia da Marinha (CHM); e Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN).

- **NIT-NITES:** Universidade Federal do Espírito Santo-UFES articulado em parceria com o INITES/UFES.

- **NIT-Rio:** Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Observatório Nacional (ON), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT).

- **NIT-SENAI-PR:** Compartilhado entre os Institutos Senai de Inovação e os Institutos Senai de Tecnologia do SENAI/PR.

- **NIT-SINAER (Sistema de Inovação da Aeronáutica):** Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto de Estudos Avançados (IEAv), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo

(IPEV), Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG) e Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA), Laboratório Químico-farmacêutico da Aeronáutica (LAQFA), Instituto de Aplicações Operacionais (IAOP).

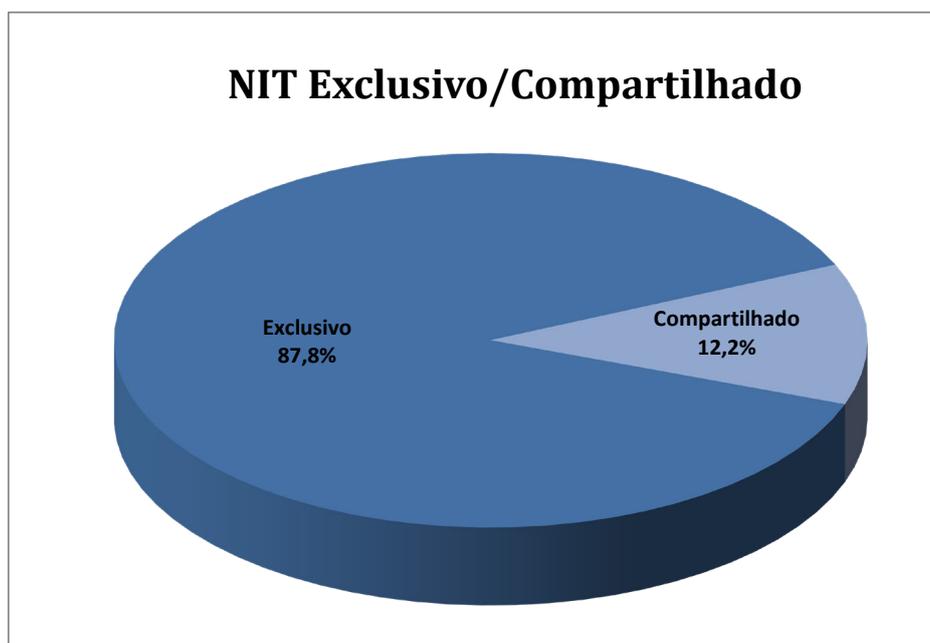


Gráfico 5 – Compartilhamento do NIT  
Fonte: Formict/MCTIC

### 4.3 Recursos Humanos do NIT

Na análise do quantitativo de pessoal presente nos NIT, verificou-se o total de 2099 Profissionais atuantes nos Núcleos, sendo que 38,5% são *Servidores e/ou Funcionários com dedicação integral*, 25,3% são *Servidores e/ou Funcionários com dedicação parcial*, os *Bolsistas graduados* representam 11%, os *Bolsistas graduandos* 8%, os *Terceirizados* correspondem a 5,7%, os *Estagiários* representam 7,8% e *Outros* representam 3,7% dos profissionais. Em relação aos recursos humanos dos NIT das instituições públicas, o quantitativo apresentado foi de 1777, sendo que 38,8% são *Servidores e/ou Funcionários com dedicação integral*, 23,3% são *Servidores e/ou Funcionários com dedicação parcial*, os *Bolsistas graduados* representam 11,9%, os *Bolsistas graduandos* 8,9%, os *Terceirizados* correspondem a 6,4%, 8,4% são *Estagiários* e *Outros* representam 2,3% dos profissionais.

Verificando a média de recursos humanos por situação funcional em relação ao quantitativo de 263 NIT *Implementados* e *Em implementação*, observa-se 8,0 profissionais por NIT, sendo 5,1 *Servidores*, 1,5 *Bolsistas*, 0,6 *Estagiários*, 0,5 *Terceirizados* e 0,3 *Outros*.

**Tabela 5 - Composição dos recursos humanos do NIT por situação funcional**

FUNÇÃO - NIT	PÚBLICA	%	PRIVADA	%	TOTAL	%	MÉDIA
Servidores/Funcionários com dedicação integral	690	38,8	119	37,0	809	38,5	5,1
Servidores/Funcionários com dedicação parcial	414	23,3	117	36,3	531	25,3	
Bolsistas graduados	211	11,9	19	5,9	230	11,0	1,5
Bolsistas graduandos	158	8,9	9	2,8	167	8,0	
Terceirizados	114	6,4	6	1,9	120	5,7	0,5
Estagiários	149	8,4	15	4,7	164	7,8	0,6
Outros	41	2,3	37	11,5	78	3,7	0,3
<b>TOTAL</b>	1777	100	322	100	2099	100	8,0

Fonte: Formict/MCTIC

A quantidade de profissionais que atuam nos NIT varia de acordo com a estrutura de transferência de tecnologia da instituição, sendo que 14 NIT contam com apenas 1 profissional, 200 NIT possuem de 2 a 10 profissionais, 32 NIT possuem de 11 a 20 profissionais, 9 NIT possuem de 21 a 30 profissionais, 5 NIT possuem 31 a 50 profissionais e 3 NIT contam com mais de 50 profissionais.

Em relação à formação dos profissionais que atuam no NIT, verificou-se que engenheiros, químicos e físicos representam 24,9%, administradores e economistas representam 21,1%, profissionais com formação jurídica representam 12,1%, os biólogos representam 7,9%, os profissionais de comunicação social representam 4,5% e outras formações representam 29,4%.

**Tabela 6 - Composição dos recursos humanos do NIT  
por formação profissional**

FORMAÇÃO - NIT	QUANTITATIVO	%
Engenharia, Química, Física	523	24,9
Administração/Economia	443	21,1
Direito	254	12,1
Ciências Biológicas	166	7,9
Comunicação Social	95	4,5
Outros	618	29,4
<b>TOTAL</b>	<b>2099</b>	<b>100</b>

Fonte: Formict/MCTIC

As atividades do NIT foram separadas em dois subgrupos:

I - Essenciais;

II - Complementares.

De posse das informações recebidas das instituições, verificou-se que o índice de implementação das atividades tidas como essenciais oscilaram entre 26,6% e 78,3%, destas, as que tiveram maiores índices de implementação foram:

- acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de PI (78,3%);
- opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição (76,8%);
- zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI (74,9%).

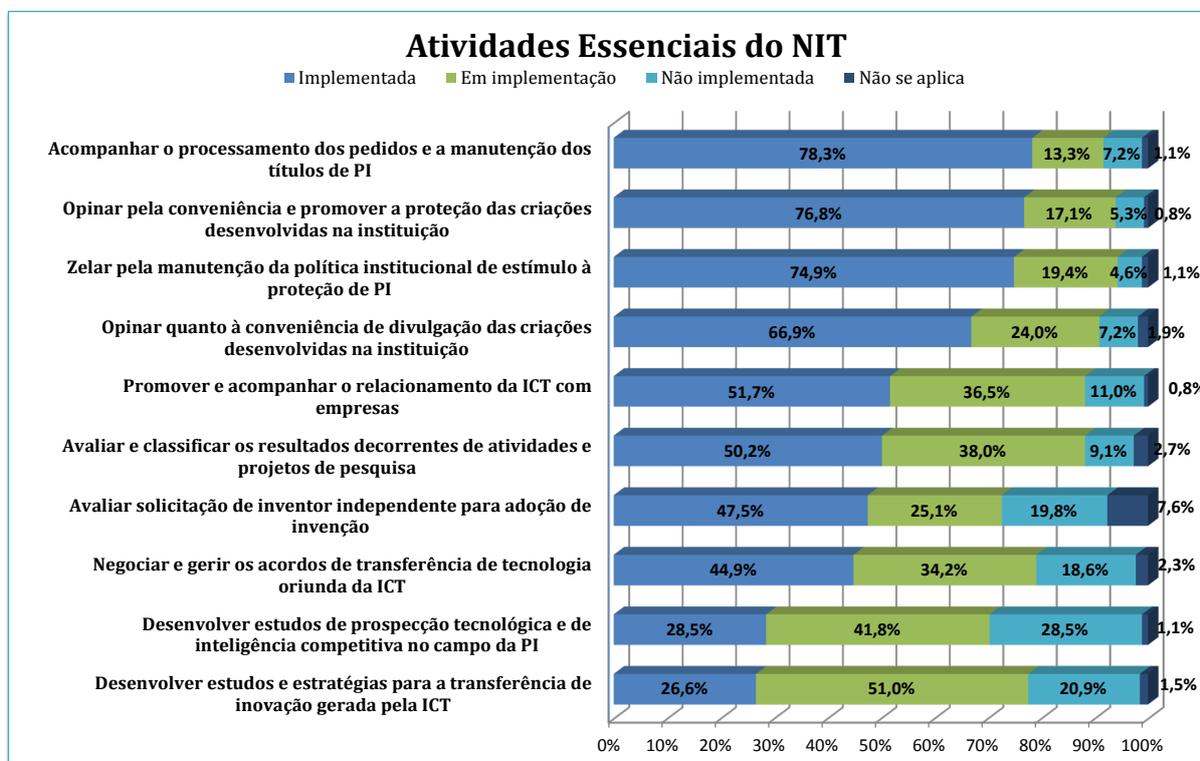


Gráfico 7 – Implementação das atividades essenciais dos NIT

Fonte: Formict/MCTIC

Por parte das atividades tidas como complementares, verificou-se que o índice de implementação oscilou entre 3,4% e 74,9%, dessas, as atividades que tiveram maiores índices de implementação foram:

- Política de confidencialidade (74,9%);
- Eventos (71,9%);
- Doc. Padronizados (Contratos, acordos de parcerias, declaração de invenção) (67,3%);
- Capacitação realizada pelo NIT (64,6%);
- Orientação aos pesquisadores, cadastro de pesquisadores (63,1%).

As atividades complementares que tiveram menores índices de implementação foram:

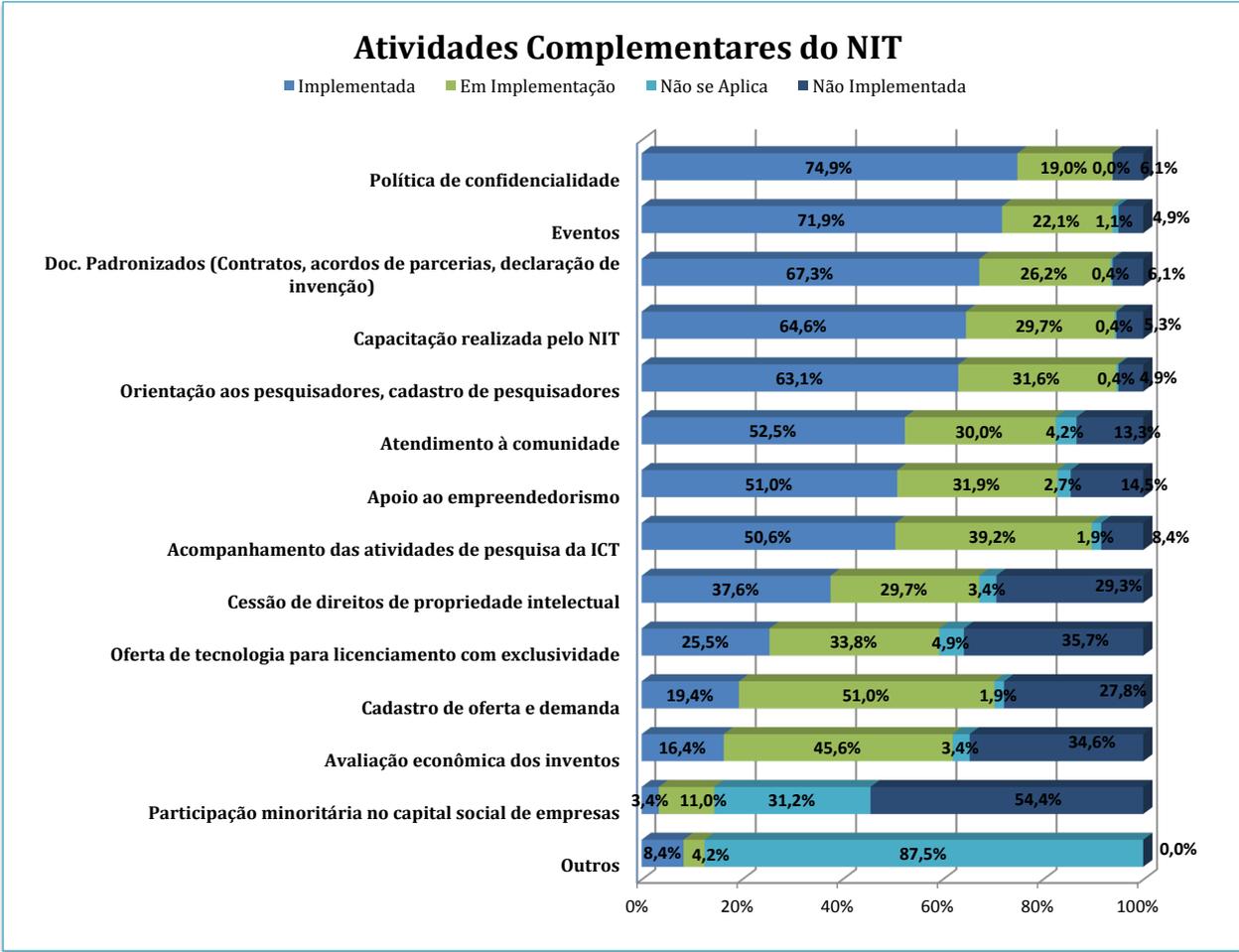
- Participação minoritária no capital social de empresas (3,4%);
- Avaliação econômica dos inventos (16,4%);
- Cadastro de oferta e demanda (19,4%);
- Oferta de tecnologia para licenciamento com exclusividade (25,5%);

Algumas importantes atividades que tiveram baixo índice de implementação estão em processo de desenvolvimento pelas instituições. Para comprovação de tal fato, basta verificar a incidência do índice “Em implementação” das atividades mencionadas abaixo:

- Cadastro de oferta e demanda (51,0%);
- Avaliação econômica dos inventos (45,6%);
- Acompanhamento das atividades de pesquisa da ICT (39,2%).

Na opção “Não se aplica” apontada por algumas instituições em relação às atividades citadas, verificou-se que as atividades abaixo apresentaram maiores índices nesse quesito:

- Participação minoritária no capital social de empresas (54,4%);
- Oferta de tecnologia para licenciamento com exclusividade (35,7%);
- Avaliação econômica dos inventos (34,6%).



**Gráfico 8** - Implementação das atividades complementares dos NIT  
 Fonte: Formict/MCTIC

## 5. PROTEÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

A proteção da propriedade intelectual das ICT é estimulada pela Lei de Inovação, como forma de incrementar a produção tecnológica nessas instituições, bem como permitir um maior controle e retorno dos ativos intangíveis que podem ser negociados com empresas interessadas.

### 5.1 Instituições com Pedidos de Proteção

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual por parte das instituições públicas, verificou-se que 67,9% (144 Instituições) informaram que possuem pedidos de proteção de propriedade intelectual requeridos ou concedidos no ano-base de 2017, outros 32,1 % (68 Instituições) informaram que não possuem pedidos.

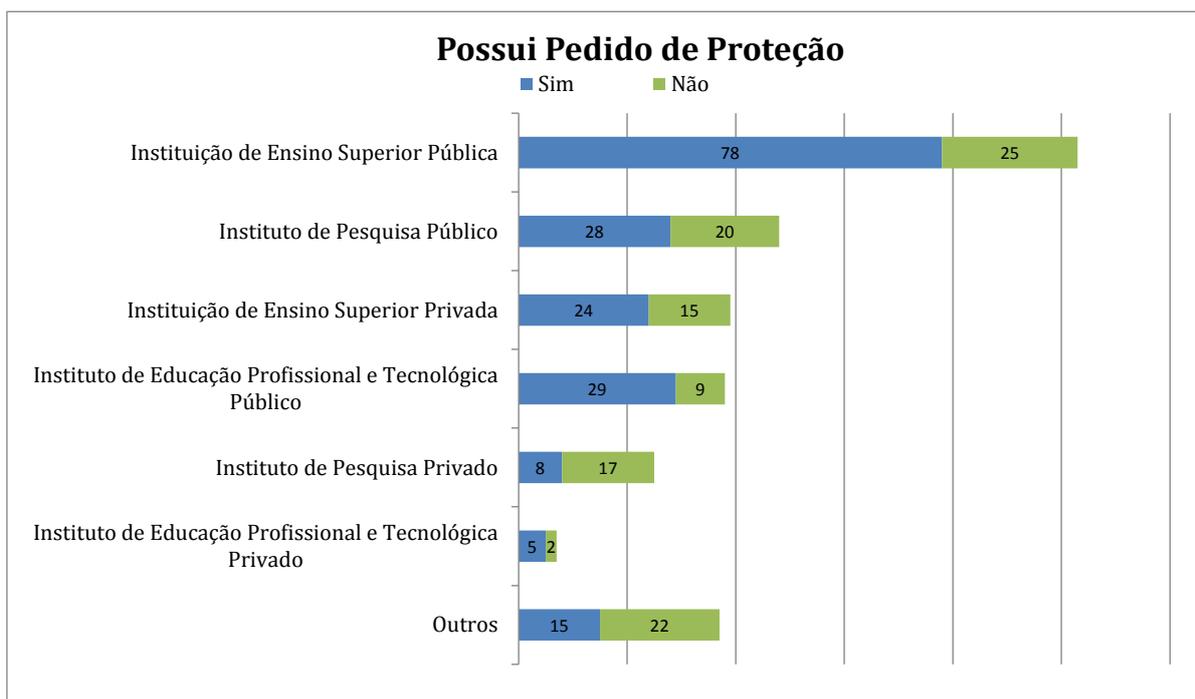
Por parte das instituições privadas, verificou-se que 50,6% (43 Instituições) apresentaram pedidos de proteção de propriedade intelectual, enquanto 49,4% (42 Instituições) informaram que não possuem pedidos de proteção requeridos ou concedidos no ano-base 2017.

**Tabela 7 - Quantidade de ICT com pedido de proteção no ano-base 2017**

POSSUI PEDIDO DE PROTEÇÃO	PÚBLICA	%	PRIVADA	%	TOTAL	%
Sim	144	67,9	43	50,6	187	63,0
Não	68	32,1	42	49,4	110	37,0
<b>TOTAL</b>	212	100	85	100	297	100

Fonte: Formict/MCTIC

Com relação às 110 instituições que não possuem pedido de proteção requeridos ou concedidos no ano-base 2017, verificou-se o seguinte perfil: 40 *Instituições de Ensino Superior*, 37 *Institutos de Pesquisa*, 11 *Institutos de Educação Profissional e Tecnológica* e 22 *outros*.



**Gráfico 8** – Implementação das atividades complementares dos NIT  
 Fonte: Formict/MCTIC

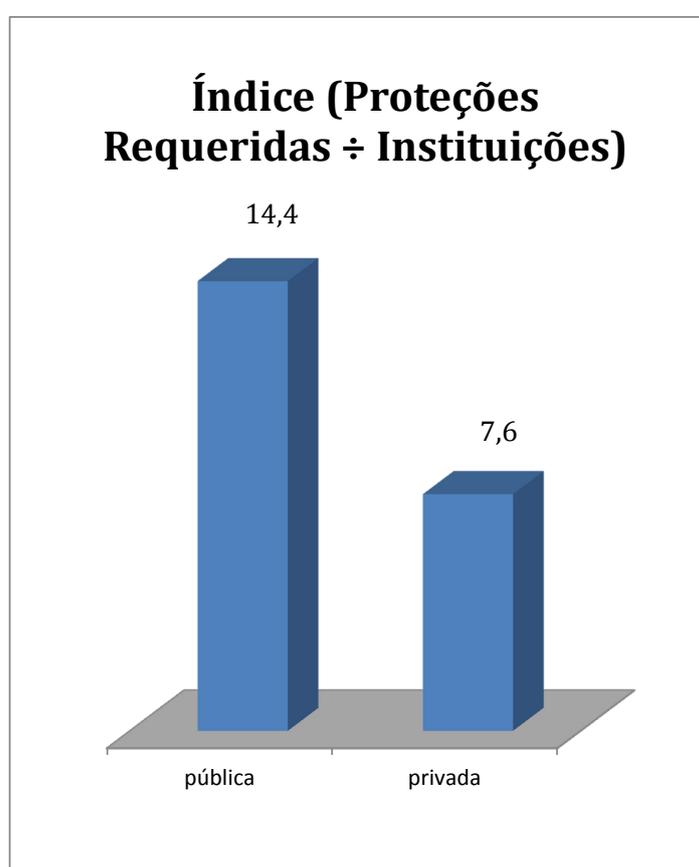
Conforme informações recebidas por meio do Formict, verificou-se que 135 instituições públicas foram responsáveis pelo total de 1950 pedidos de proteção requeridos. Nas instituições privadas, verificou-se que 40 instituições foram responsáveis pelo total de 306 pedidos de proteção requeridos, totalizando 2256 pedidos de proteção requeridos.

De posse das informações comentadas acima, buscou-se trabalhar com um indicador que mensurasse a relação entre quantidade de pedidos de proteção e o quantitativo das instituições (com pedidos de proteção requerida), conforme apresentado na fórmula abaixo:

$$\frac{\Sigma \text{ Qtd pedidos de proteção requerida}}{\Sigma \text{ Qtd. instituições com pedidos de proteção requerida}}$$

Por meio desse indicador, verificou-se que as instituições públicas, responsáveis pela grande maioria dos pedidos de proteção, apresentaram resultado superior ao das instituições privadas.

As instituições privadas apresentaram o índice de 7,6 pedidos de proteção requeridos por instituição (306/40 instituições com pedidos de proteção requeridos), já as instituições públicas apresentaram o índice de 14,4 pedidos de proteção requeridos por instituição (1950/135 instituições com pedidos de proteção requeridos), conforme demonstra o Gráfico 10.



**Gráfico 10** – Índice de proteção por tipo de instituição  
Fonte: Formict/MCTIC

Com relação às proteções concedidas, 76 instituições públicas tiveram 815 pedidos de proteção concedidos em 2017 e 22 instituições privadas obtiveram 180 pedidos concedidos, totalizando 995 pedidos de proteção de propriedade intelectual concedidos.

## 5.2 Análise dos Pedidos de Proteção

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de Propriedade Intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam estas públicas ou privadas, deram preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 94,0% de seus pedidos de proteções requeridas ocorreram no Brasil, apenas 5,9% dos pedidos de proteções requeridas ocorreram no exterior e 0,2% em ambos (Brasil e exterior).

Em relação às instituições privadas, 93,5% dos pedidos das instituições privadas ocorreram no Brasil; 3,9% somente no exterior e 2,6% pedidos em ambos (Brasil e exterior), conforme demonstra a Tabela 8.

**Tabela 8 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país**

PROTEÇÕES REQUERIDAS	PÚBLICA	%	PRIVADA	%	TOTAL	%
Brasil	1832	94,0	286	93,5	2118	93,9
Exterior	114	5,9	12	3,9	126	5,6
Brasil/Exterior	4	0,2	8	2,6	12	0,5
<b>TOTAL</b>	1950	100	306	100	2256	100

Fonte: Formict/MCTIC

Já em relação aos pedidos de proteção concedidos, as instituições públicas informaram que 97,3% de seus pedidos de proteções concedidos ocorreram no Brasil, apenas 2,7% dos pedidos de proteções concedidos ocorreram no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior).

No referente às instituições privadas, 96,1% dos pedidos foram concedidos no Brasil; 3,9% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior).

No total, 97,1% destes foram concedidos no Brasil, 2,9% foram concedidos no exterior e 0,0% em ambos (Brasil e exterior).

**Tabela 9 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país**

PROTEÇÕES CONCEDIDAS	PÚBLICA	%	PRIVADA	%	TOTAL	%
Brasil	793	97,3	173	96,1	966	97,1
Exterior	22	2,7	7	3,9	29	2,9
Brasil/Exterior	0	0,0	0	0,0	0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>815</b>	<b>100</b>	<b>180</b>	<b>100</b>	<b>995</b>	<b>100</b>

Fonte: Formict/MCTIC

Com relação aos tipos de pedidos de proteção requeridos, verificou-se que 1611 são *Patente de Invenção*, 224 são relativos a *Programa de Computador*, 194 são de *Registro de Marca*, 75 são de *Modelo de Utilidade*, 70 são de *Desenho Industrial*, 43 são de *Proteção de Cultivar*, 1 de *Direito Autoral*, e nenhum pedido dos tipos *Indicação Geográfica* e *Top. Circuitos Integrados* e 38 correspondem a *Outros* tipos de proteção.

**Tabela 10 - Tipos de pedidos de proteção requeridos**

TIPO DE PEDIDO	PÚBLICA	PRIVADA	QUANT.
Patente de Invenção	1407	204	1611
Programa de Computador	168	56	224
Registro de Marca	166	28	194
Modelo de Utilidade	63	12	75
Desenho Industrial	64	6	70
Registro de Cultivar	43	0	43
Direito Autoral	1	0	1
Indicação Geográfica	0	0	0
Top. Circuitos Integrados	0	0	0
Outros	38	0	38
<b>TOTAL</b>	<b>1950</b>	<b>306</b>	<b>2256</b>

Fonte: Formict/MCTIC

Com base nas informações prestadas pelas instituições, foi possível identificar o relacionamento entre os diferentes tipos de propriedade intelectual com os setores econômicos. Como parâmetro para esse último, utilizou-se a Classificação Nacional das Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A Tabela 11 traz a relação, de acordo com o perfil de ICT, entre as comunicações de invenção recebidas pelo NIT e os pedidos de proteção requeridos, com vistas a entender qual o quantitativo das comunicações de invenção é considerado passível de proteção intelectual pelo NIT. Considerando que as comunicações de invenção não são convenientes para todos os tipos de proteção, foram incluídos na contabilização do total de pedidos requeridos na tabela abaixo os seguintes tipos de pedidos: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Programa de Computador, Desenho Industrial, Topografia de Circuitos Integrados e Outros.

**Tabela 11 - Quantidade de Comunicações de Invenção por Perfil**

PERFIL	COMUNICAÇÕES DE INVENÇÃO	PROTEÇÕES REQUERIDAS*
Instituição de Ensino Superior Pública	2224	1543
Instituição de Ensino Superior Privada	152	144
Institutos de Pesquisa Pública	163	238
Institutos de Pesquisa Privada	83	123
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica Pública	289	136
Instituto de Educação Profissional e Tecnológica Privada	74	20
Outros	142	52
<b>TOTAL</b>	<b>3127</b>	<b>2256</b>

Fonte: Formict/MCTIC

\*Proteções Requeridas: Patente de Invenção, Modelo de Utilidade, Programa de Computador, Desenho industrial, Topografia de Circuitos Integrados e Outros.

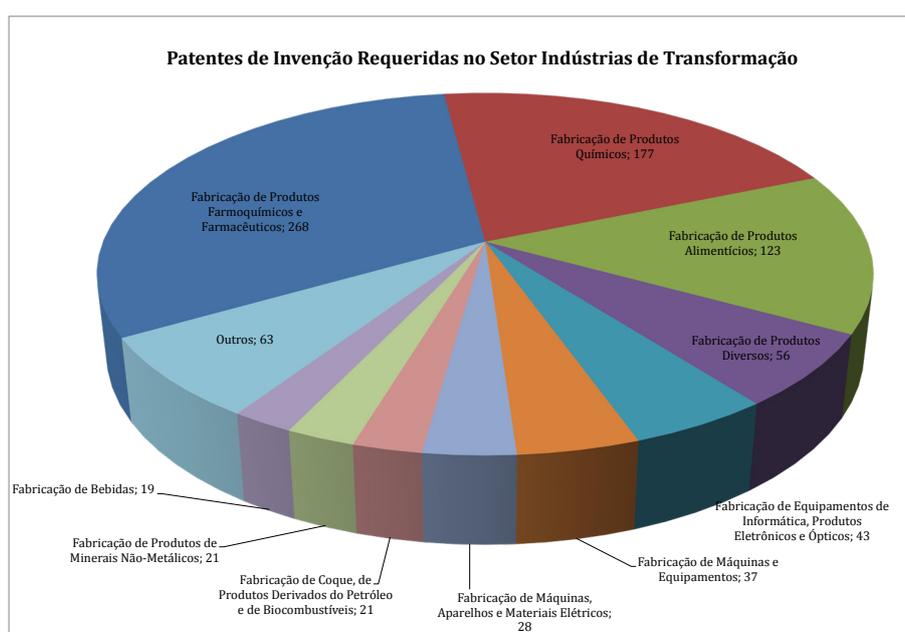
**Tabela 12 - Tipos de proteções requeridas x setor econômico**

SETOR	MU	DI	PI	PC	TCI	RC	RMPS	RMCol	RMcer	RIG	RDA	OU
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	7	2	141	17	0	43	32	0	0	0	0	2
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1	0	25	0	0	0	4	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	26	57	856	3	0	0	5	0	0	0	0	26
ELETRICIDADE E GÁS	11	1	68	9	0	0	0	0	0	0	0	2
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	3	1	50	4	0	0	0	0	0	0	0	1
CONSTRUÇÃO	1	0	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0
COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	2	0	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	2	3	66	137	0	0	18	0	0	0	0	3
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	4	3	172	36	0	0	59	2	0	0	0	0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	1	2	0	0	1	0	1	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	2	0	0	0	7	0	0	0	1	0
EDUCAÇÃO	6	0	14	4	0	0	51	0	0	0	0	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	10	0	164	10	0	0	12	0	0	0	0	4
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	1	2	6	1	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>75</b>	<b>70</b>	<b>1611</b>	<b>224</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>191</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>38</b>
MU - Modelo de Utilidade	TCI - Top. Circuitos Integrados					RMce - Reg. de Marca de Certificação						
DI - Desenho Industrial	RC - Registro de Cultivar					RIG - Reg. Indicação Geográfica						
PI - Patente de Invenção	RMPS - Reg. Marca Produtos e Serviços					RDA - Reg. Direitos Autorais						
PC - Programa de Computador	RMCo - Reg. Marca Coletiva					OU - Outros						

Fonte: Formict/MCTIC

Dentre os resultados identificados na análise das proteções requeridas, cabe mencionar o número expressivo de Patentes de Invenção, estes corresponderam a 1611 pedidos, o que representa 71,4% do total. Os setores econômicos que tiveram maior índice de aplicação por este tipo de proteção foram: *Indústria de Transformação* 37,9% (856 pedidos), *Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas* 7,6% (172 pedidos) e *Saúde Humana e Serviços Sociais* 7,3% (164 pedidos), *Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura* 6,3% (141 pedidos), os demais setores tiveram 12,3%(278 pedidos).

Das proteções requeridas no setor Indústrias de Transformação, destacam-se as patentes de invenção nas seguintes áreas: *Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos* 16,6% (268 pedidos), *Fabricação de Produtos Químicos* 11,0% (177 pedidos), *Fabricação de Produtos Alimentícios* 7,6% (123 pedidos), *Fabricação de Produtos Diversos* 3,5% (56 pedidos), *Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos* 2,7% (43 pedidos), *Fabricação de Máquinas e Equipamentos* 2,3% (37 pedidos), *Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos* 1,7% (28 pedidos), *Fabricação de Coque de produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis* 1,3% (21 pedidos), *Fabricação de Produtos de Minerais não-metálicos* 1,3% (21 pedidos), *Fabricação de Bebidas* 1,2 % (19 pedidos), e *Outros* 3,9% (63 pedidos), conforme demonstra o Gráfico 11.



**Gráfico 11** – Distribuição das proteções requeridas no setor indústrias de transformação  
 Fonte: Formict/MCTIC

Com relação às proteções concedidas, o tipo de pedido que teve a maior quantidade de concessões foi *Programa de Computador*, representando 59,7% do total (594 proteções concedidas).

**Tabela 13 - Tipos de proteções concedidas x setor econômico**

SETOR ECONÔMICO	MU	DI	PI	PC	TCI	RC	RMPS	RMCo	RMCe	RIG	RDA	OU
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	2	0	43	38	1	39	52	1	1	0	3	1
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0	6	8	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	5	35	85	10	1	0	4	0	0	0	0	0
ELETRICIDADE E GÁS	1	0	13	19	0	0	0	0	0	0	0	0
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	1	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0
CONSTRUÇÃO	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0
COMÉRCIO: REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	1	5	278	0	0	9	0	0	0	0	0
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	3	0	18	76	0	0	17	0	0	0	0	0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	0	4	0	0	2	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	1	12	0	0	5	0	0	0	0	0
EDUCAÇÃO	0	1	0	83	0	0	29	0	0	0	0	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	1	0	6	52	0	0	4	0	0	0	0	0
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	0	0	3	0	0	2	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>13</b>	<b>37</b>	<b>180</b>	<b>594</b>	<b>2</b>	<b>39</b>	<b>124</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
MU – Modelo de Utilidade	TCI – Top. Circuitos Integrados						RMCe – Reg. de Marca de Certificação					
DI – Desenho Industrial	RC – Registro de Cultivar						RIG – Reg. Indicação Geográfica					
PI – Patente de Invenção	RMPS – Reg. Marca Produtos e Serviços						RDA – Reg. Direitos Autorais					
PC – Programa de Computador	RMCo – Reg. Marca Coletiva						OU – Outros					

Fonte: Formict/MCTIC

Verificou-se uma incidência significativa de registros concedidos de Patentes de Invenção, representando 18,1% (180 registros concedidos) do total, com aplicação em diversos setores econômicos, tais como: Indústrias de Transformação; Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e Outros.

Com relação à cotitularidade das proteções, observou-se que a preferência foi por pedidos sem cotitularidade, sendo que estes representaram 76,6% das proteções requeridas e 88,8% das proteções concedidas. Os pedidos com cotitularidade representaram 23,4% das proteções requeridas e 11,2% das proteções concedidas.

**Tabela 14 - Cotitularidade das proteções**

PROTEÇÕES	REQUERIDA						CONCEDIDA					
	Pública	%	Privada	%	Total	%	Pública	%	Privada	%	Total	%
Com Cotitularidade	458	23,5	71	23,2	529	23,4	86	10,6	25	13,9	111	11,2
Sem Cotitularidade	1492	76,5	235	76,8	1727	76,6	729	89,4	155	86,1	884	88,8
<b>TOTAL</b>	<b>1950</b>	<b>100</b>	<b>306</b>	<b>100</b>	<b>2256</b>	<b>100</b>	<b>815</b>	<b>100</b>	<b>180</b>	<b>100</b>	<b>995</b>	<b>100</b>

Fonte: Formict/MCTIC

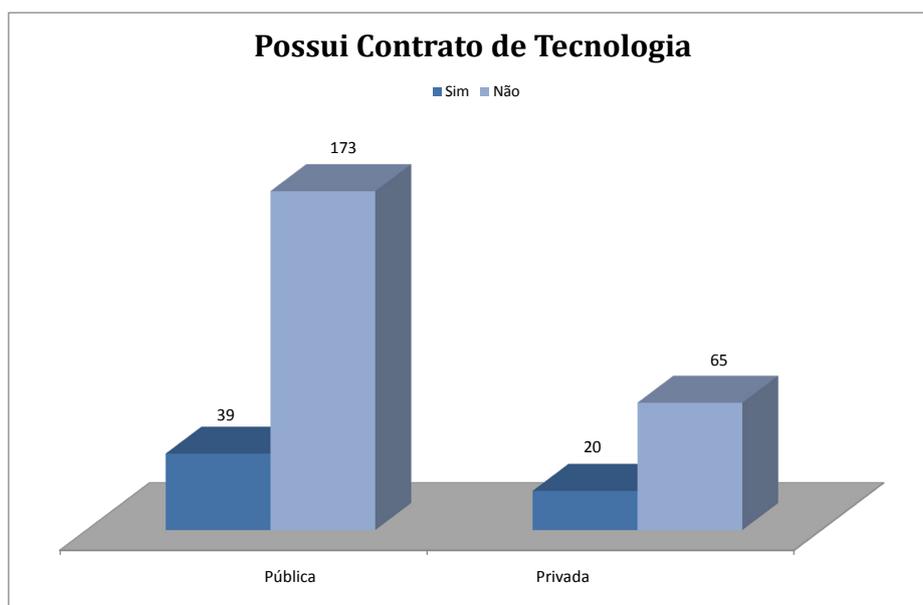
## 6. CONTRATOS DE TECNOLOGIA

O Art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

O recebimento de rendimentos pelos contratos firmados pelas ICT constitui uma etapa avançada do processo de comercialização de tecnologias geradas nestas instituições, que geralmente inclui a proteção da invenção; a elaboração de contrato para transferência de tecnologia, o licenciamento ou a exploração; o uso comercial da tecnologia; e por fim, o pagamento de royalties ou prêmios para a ICT.

### 6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia

De acordo com as informações recebidas por meio do Formict, verificou-se que a grande maioria não possui contratos de transferência de tecnologia. Apenas 59 instituições informaram possuir contratos firmados em 2017, sendo 39 instituições públicas e 20 instituições privadas. Em relação às instituições que não possuem contratos de transferência de tecnologia firmados em 2017, 173 são instituições públicas e 65 são instituições privadas, totalizando 238 instituições.



**Gráfico 12** – Quantidade de instituições que possuem contrato de transferência de tecnologia  
Fonte: Formict/MCTIC

Das 59 instituições que informaram possuir contratos de tecnologia, a maioria é representada por *Instituições de Ensino Superior*, sendo 33 instituições deste perfil que possuem contratos de tecnologia, seguidas por: 15 *Institutos de Pesquisa*, 04 *Institutos de Educação Profissional e Tecnológica* e 07 *Outros*.

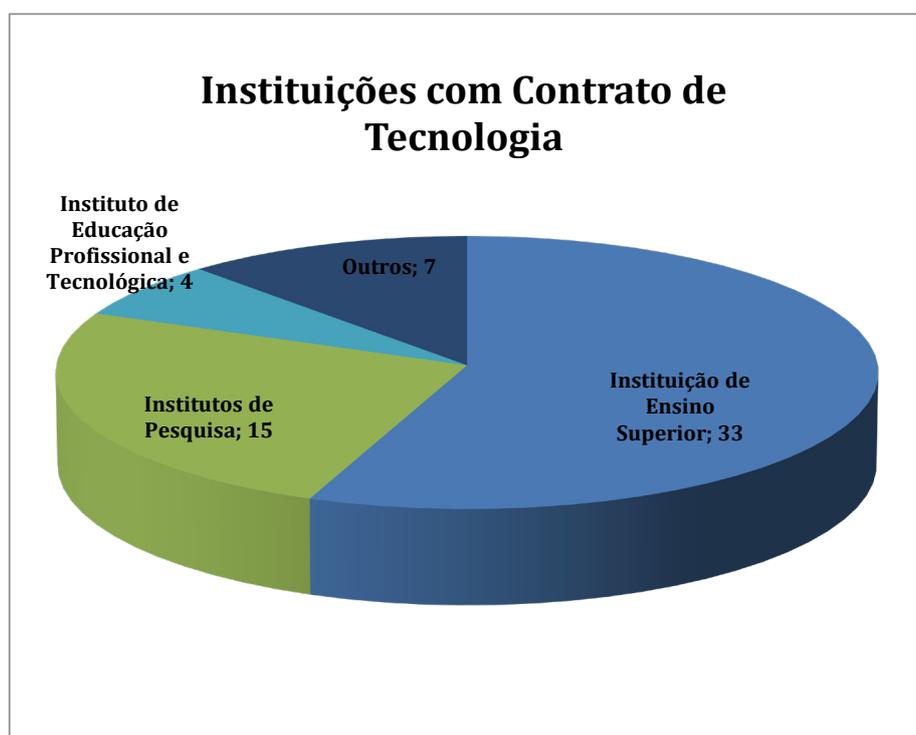


Gráfico 13 – Perfil das instituições que possuem contrato de tecnologia  
Fonte: Formict/MCTIC

## 6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia

Foram contabilizados 1977 Contratos de Tecnologia, sendo 38,5% *Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual*; 30,2% *Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*; 12,8% *Contrato de know how*; 6,6% *Acordo de confidencialidade*; 3,0 % *Contrato de cotitularidade*; 2,8%, *Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação*; 1,0% *Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação; voltadas para atividades de pesquisa*; 1,0% *Acordo de transferência de*

material biológico; 0,8% Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa; 0,2% Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual e 3,1 % outros.

**Tabela 15 - Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto**

OBJETO	QTDE. DE ICT QUE INFORMARAM TER CONTRATO POR OBJETO	QUANTIDADE	%
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	31	761	38,5
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	38	597	30,2
Contrato de know how (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	18	254	12,8
Acordo de confidencialidade.	15	131	6,6
Contrato de cotitularidade.	12	59	3,0
Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação	4	56	2,8
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação.	4	20	1,0
Acordo de transferência de material biológico.	8	19	1,0
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa.	6	16	0,8
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual ( Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	3	3	0,2
Outros	14	61	3,1
TOTAL	-	1977	100

Fonte: Formict/MCTIC

As instituições públicas foram responsáveis por 1187 contratos classificados como *Sem Exclusividade*, ou seja, quando o contrato permite que a ICT possa negociar a mesma tecnologia com outras empresas, 290 contratos *Com Exclusividade*, e 190 contratos de *Outras Formas*, que correspondem aos casos de tecnologias negociadas, porém, que não foram objeto de proteção. As instituições privadas foram responsáveis por 83 contratos *Sem Exclusividade*, 131 contratos *Com Exclusividade* e 96 contratos de *Outras Formas*.

**Tabela 16 - Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade**

CONTRATOS	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
Sem Exclusividade	1187	83	1270
Com Exclusividade	290	131	421
Outras Formas	190	96	286
<b>TOTAL</b>	<b>1667</b>	<b>310</b>	<b>1977</b>

Fonte: Formict/MCTIC

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia, a Região Sudeste foi a que apresentou o maior montante, R\$ 276,6 milhões oriundos de 717 contratos, já a Região Sul, apresentou rendimentos no valor de R\$ 162,0 milhões relativos a 541 contratos, conforme Tabela 17<sup>1</sup>.

Os 1977 Contratos de Tecnologia totalizaram um montante da ordem de R\$ 500,2 milhões. Destes, o objeto de contrato que apresentou maior montante foi Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação com R\$ 294,4 milhões oriundos de 597 contratos desse tipo. Os contratos informados como Contrato de know how apresentaram o segundo maior montante, R\$ 63,6 milhões com 254 contratos, em seguida o Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com 39,7 milhões oriundos de 56 contratos desse tipo, nos do tipo Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação o montante apresentado foi de R\$ 38,6 milhões com 20 contratos, o Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual o montante foi de R\$ 34,8 milhões com 761 contratos, os do tipo Outros apresentaram o montante de R\$ 26,7 milhões com 61 contratos, já o Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa apresentou o montante de 1,4 milhões oriundo de 16 contratos, os contratos do tipo Acordo de transferência de material biológico apresentaram o montante de R\$ 621,1 mil com 19 contratos, e os do tipo Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual o montante de R\$ 45 mil com 3 contratos desse tipo. Os demais contratos não apresentaram valor.

<sup>1</sup>Os contratos podem ser negociados por valor ou por porcentagem nos rendimentos auferidos com a comercialização do produto, caso sejam negociados por porcentagem a instituição informa que não houve valor dos contratos e informa anualmente os rendimentos no bloco seguinte.

**Tabela 17 - Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região**

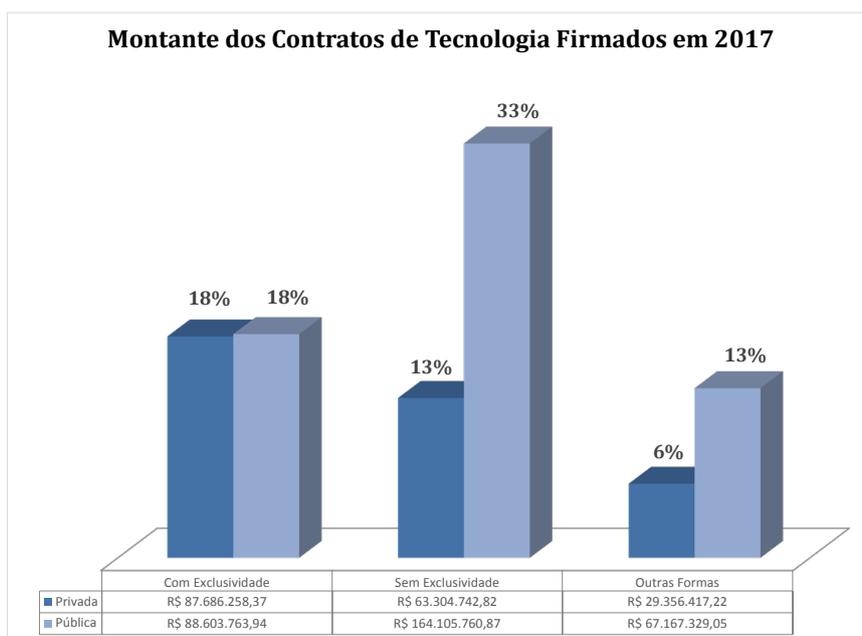
OBJETO	SUL		SUDESTE		CENTRO-OESTE		NORDESTE		NORTE	
	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual ( Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	116	2.956.385,43	136	19.631.505,85	508	12.266.475,04	1	0,00	0	0,00
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	206	95.503.967,71	209	151.731.820,88	179	46.931.131,60	3	310.000,00	0	0,00
Contrato de know how (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	94	2.377.380,08	153	61.241.222,06	6	63.340,75	0	0,00	1	0,00
Acordo de confidencialidade.	27	0,00	93	0,00	11	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato de cotitularidade.	11	0,00	45	0,00	3	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato ou convênio de uso do capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação	31	37.034.732,86	25	2.716.899,18	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação.	13	7.111,05	7	38.653.190,65	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Acordo de transferência de material biológico.	1	0,00	17	621.119,00	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa.	3	17.950,00	13	1.403.475,20	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual ( Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros )	1	0,00	1	45.000,00	1	0,00	0	0,00	0	0,00
Outros	38	24.104.818,26	18	637.118,33	5	1.969.628,34	0	0,00	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>541</b>	<b>R\$ 162.002.345,39</b>	<b>717</b>	<b>R\$ 276.681.351,15</b>	<b>714</b>	<b>R\$ 61.230.575,73</b>	<b>4</b>	<b>R\$ 310.000,00</b>	<b>1</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Fonte: Formict/MCTIC

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia firmados por instituições públicas em 2017, este alcançou o montante de R\$ 319,8 milhões, prevalecendo a realização de contratos *Sem Exclusividade*, totalizando aproximadamente R\$ 164,1 milhões. Com relação aos contratos de *Com Exclusividade*, verificou-se o valor de R\$ 88.6 milhões, já os contratos *Outras Formas* chegaram ao valor de R\$ 67,1 milhões.

O setor privado contabilizou o montante de R\$ 180,3 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que os contratos firmados *Com Exclusividade* contabilizaram R\$ 87,6 milhões dos contratos firmados, enquanto que os contratos *Sem Exclusividade* foram responsáveis por R\$ 63,3 milhões e R\$ 29,3 milhões foi contabilizado nos contratos de *Outras Formas*.

No cômputo geral, foram contabilizados mais de R\$ 500,2 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que desses, 33% dos recursos correspondem a contratos de instituições públicas firmados *Sem Exclusividade*, enquanto que os recursos relativos a contratos *Com Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 18%, contratos de *Outras Formas* representaram 13% dos recursos contabilizados. Em relação às instituições privadas, verificou-se que os contratos firmados *Com Exclusividade* representaram 18% do total, já os contratos firmados *Sem Exclusividade* apresentaram o total de 13%, *Outras Formas* de contratos representaram 6% conforme demonstra o Gráfico 14.



**Gráfico 14** – Montante dos contratos de tecnologia firmados em 2017  
Fonte: Formict/MCTIC

### 6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia

Com relação aos rendimentos recebidos com os Contratos de Tecnologia, foram considerados os rendimentos referentes aos contratos firmados no ano-base 2017 e que geraram recursos em 2017 ou que tenham sido firmados em anos anteriores, mas geraram recursos no ano de 2017.

As instituições públicas informaram que receberam aproximadamente R\$ 147,6 milhões de rendimentos relativos à transferência de tecnologia. Já as instituições privadas contabilizaram cerca de R\$ 155,9 milhões de rendimentos. No total, foram auferidos mais de R\$ 303,5 milhões de rendimentos.

No referente aos gastos que as instituições tiveram em 2017 com registros e manutenção de proteções de propriedade intelectual, as instituições públicas informaram o gasto de aproximadamente R\$ 6,4 milhões e as instituições privadas R\$ 1,6 milhão.

**Tabela 18 - Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2017**

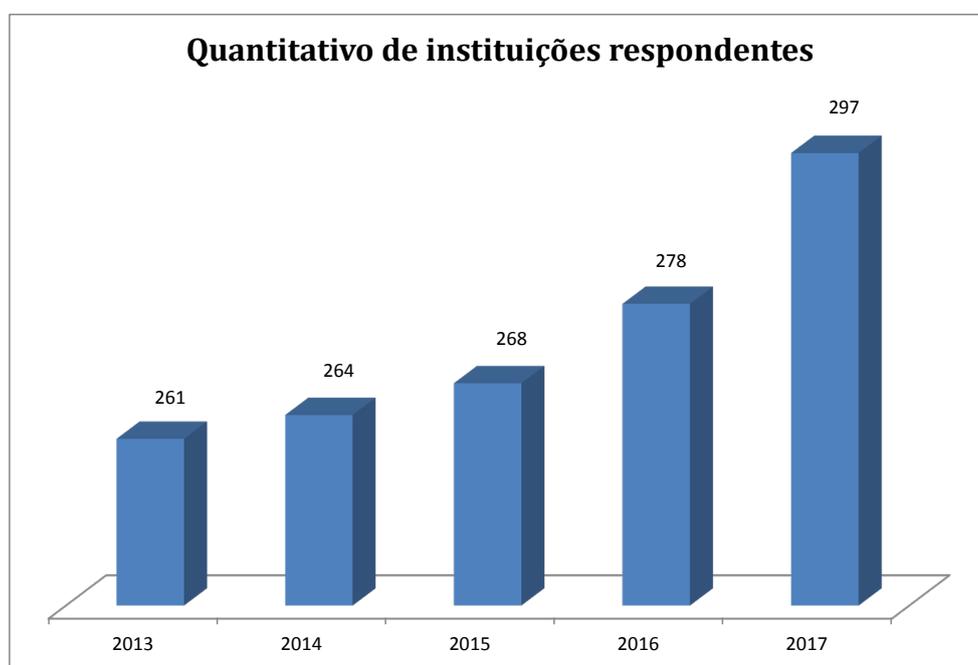
RECURSOS	VALORES (R\$)	
	Pública	Privada
Rendimentos no ano percebidos na transferência de tecnologia	147.661.332,61	155.902.409,02
Gastos com registros e manutenção da PI	6.424.695,26	1.631.158,05

Fonte: Formict/MCTIC

## 7. ANÁLISE COMPARATIVA 2013/2014/2015/2016/2017

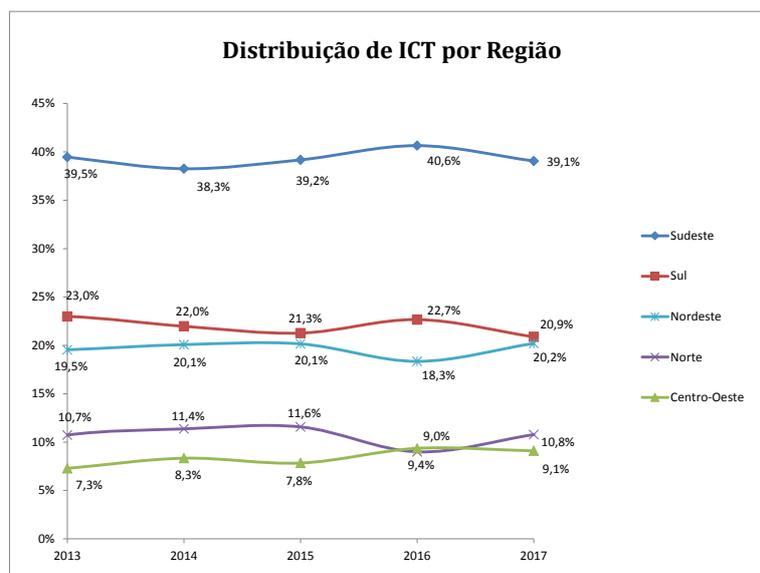
Neste capítulo será realizada uma análise comparativa das informações fornecidas pelas ICT nos anos de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. A comparação permite observar a evolução do preenchimento e os avanços recentes das instituições.

No período analisado, observou-se um crescimento do quantitativo de instituições que responderam o formulário, conforme demonstrado no Gráfico 15. No ano-base 2017, verificou-se que 297 instituições preencheram o formulário, representando um crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior.



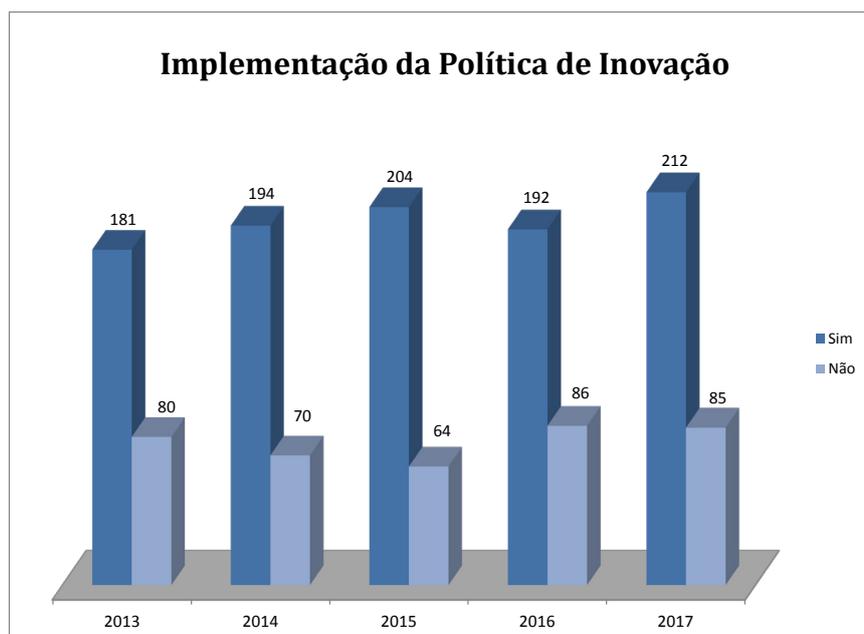
**Gráfico 15** – Comparativo do quantitativo de ICT que responderam o Formict  
Fonte: Formict/MCTIC

Com relação à distribuição regional das ICT, em 2017 as alterações em relação ao ano anterior foram de poucos pontos percentuais, sendo que a Região Nordeste foi a que apresentou maior aumento na participação, passando de 18,3% para 20,2%, seguida da Região Norte que passou de 9,0% para 10,8% as demais regiões, isto é, Sudeste, Sul e Centro-Oeste decresceram, passando de 40,6% para 39,1%, 22,7% para 20,9% e 9,4% para 9,1%, respectivamente.



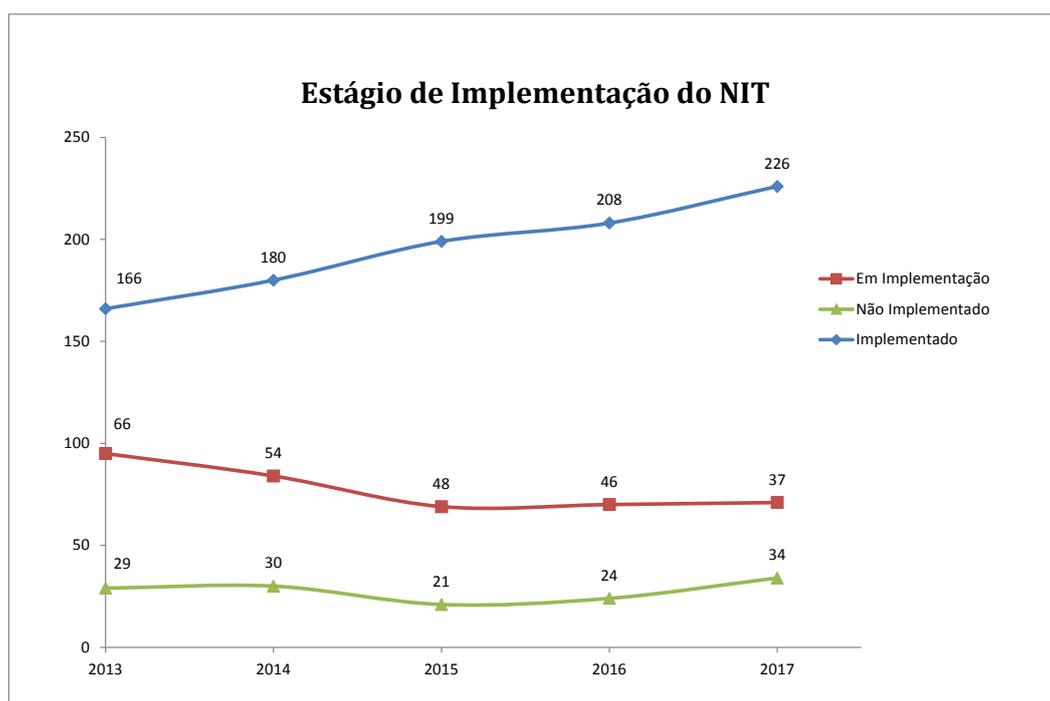
**Gráfico 16** – Comparativo da distribuição de ICT por região  
 Fonte: Formict/MCTIC

No tocante à implementação da Política de Inovação, houve um crescimento de instituições que informaram que possuem documentos formais com diretrizes que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação. Em 2016, 69,1% das instituições informaram possuir política de inovação implementada. Já em 2017, este percentual foi de 71,3%.



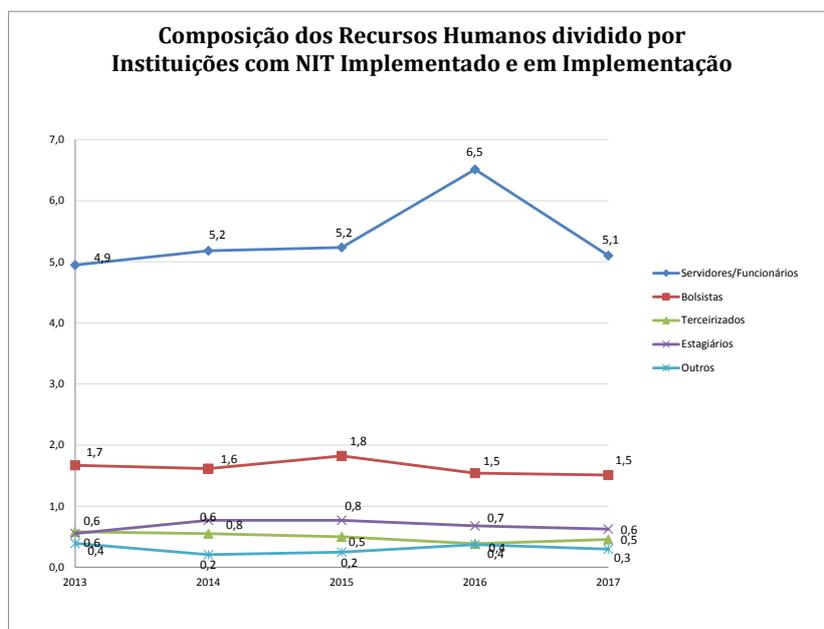
**Gráfico 17** – Comparativo da implementação da política de inovação  
 Fonte: Formict/MCTIC

A implementação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas instituições vem crescendo a cada ano. Comparando os dados de 2017 com o ano anterior, observou-se um adicional de 18 instituições que informaram que os seus núcleos estão Implementados, um decréscimo de 09 instituições que estão Em implementação do NIT e um acréscimo de 10 instituições que se encontram na situação de NIT Não Implementado.



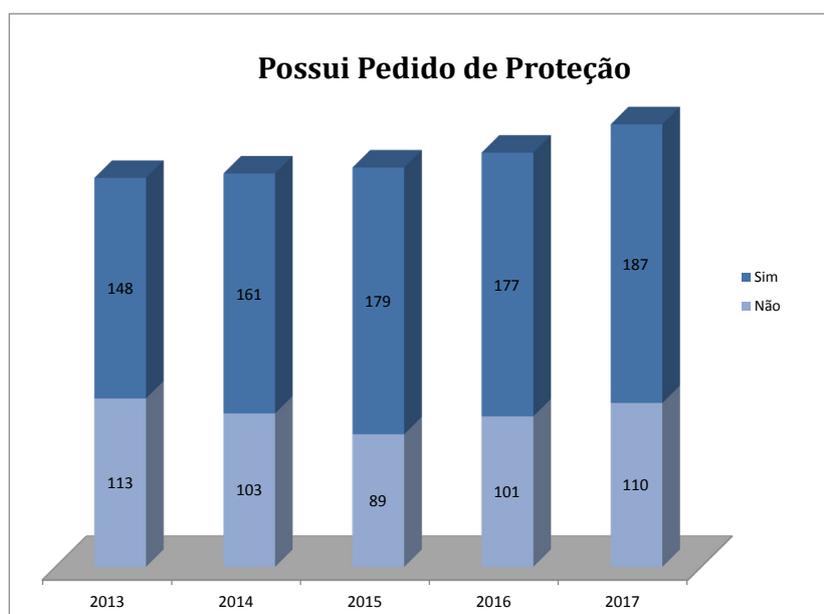
**Gráfico 18** – Comparativo do estágio de implementação dos NIT  
 Fonte: Formict/MCTIC

No que se refere à composição dos recursos humanos por situação funcional em relação ao quantitativo de NIT *Implementados* e *Em implementação*, observa-se um pequeno aumento na média de *Terceirizados* de 0,4 para 0,5 por NIT em relação ao ano anterior, e uma queda na média de *Servidores* de 6,5 para 5,1. Nota-se uma ligeira alteração em relação aos *Estagiários* e *Outros* que registraram médias de 0,6 Estagiários no ano-base 2017 e 0,7 Estagiários no ano-base 2016 e *Outros* registrou a média de 0,3 no ano-base 2017 e 0,4 no ano base 2016.



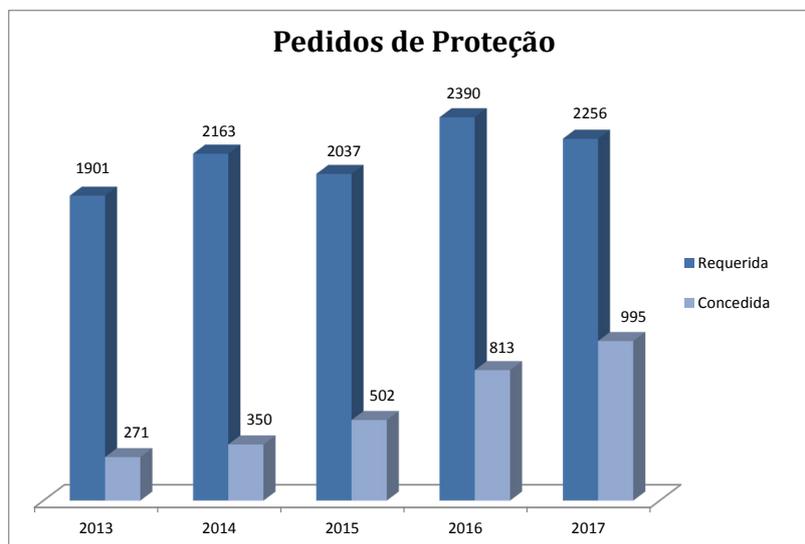
**Gráfico 19** – Composição dos recursos humanos dividido por instituições com NIT Implementado e Em implementação  
 Fonte: Formict/MCTIC

Comparando a quantidade de instituições que declararam possuir pedido de proteção de propriedade intelectual de 2017 em relação ao ano anterior, observou-se um acréscimo de 10 instituições que declaram possuir proteções intelectuais.



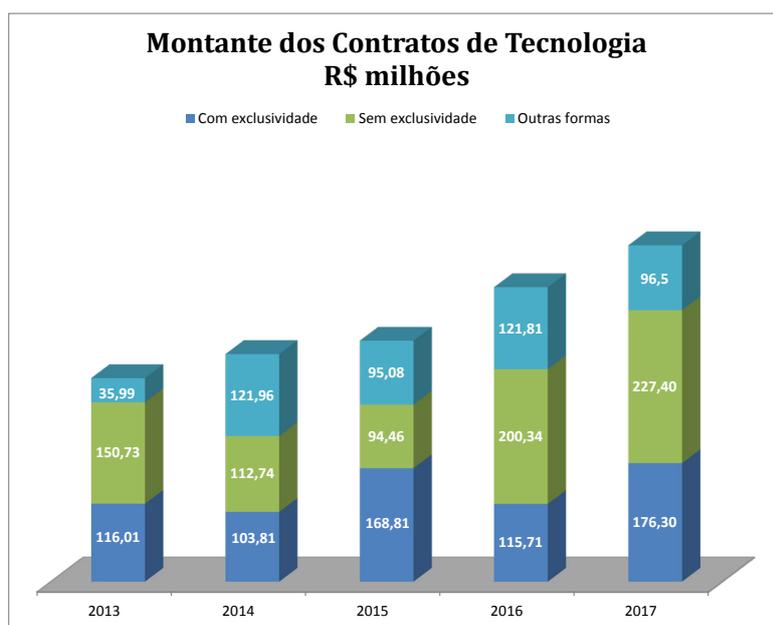
**Gráfico 20** – Comparativo da quantidade de instituições com pedido de proteção  
 Fonte: Formict/MCTIC

Analisando as informações apresentadas, verificou-se que no ano-base 2017 foram registrados 2256 pedidos requeridos, que configura um decréscimo de 5,6% em relação ao ano anterior. Com relação aos pedidos concedidos em 2017, houve um aumento de 182 pedidos em relação ao ano anterior.



**Gráfico 21** – Comparativo da quantidade de pedidos de proteção  
Fonte: Formict/MCTIC

O montante dos contratos de tecnologia tem crescido no período analisado. Observou-se que o montante de 2017 foi 14,2% superior ao de 2016, correspondendo ao acréscimo de R\$ 62,3 milhões.



**Gráfico 22** – Comparativo do montante dos contratos de tecnologia  
Fonte: Formict/MCTIC

## 8. CONCLUSÃO

No ano de 2017 ainda foram realizadas mudanças no formulário para atender às novas disposições legais trazidas pela Lei nº 13.243/2016, que alterou, dentre outras leis relacionadas às atividades de C,T&I do país, a Lei de Inovação.

Em 2017, houve um discreto crescimento das instituições no preenchimento do formulário relativo ao ano-base de 2016, tendo sido preenchido por 297 instituições (212 públicas e 85 privadas), representando um aumento de 6,8% com relação ao ano anterior.

Observa-se um crescimento na implementação da política de inovação, mas permanece a dificuldade de implementação de algumas atividades da Política de Inovação, especialmente aquelas ligadas ao empreendedorismo, gestão de incubadoras e participação no capital social de empresas.

É possível perceber o crescimento do número de NIT implementados anualmente, sendo 166 no ano-base de 2013, 180 em 2014, 199 em 2015, 208 em 2016 e 226 em 2017. Com relação aos recursos humanos que atuam nos NIT, a quantidade de profissionais que atuam nos NIT varia de acordo com a estrutura de transferência de tecnologia da instituição, sendo que 14 NIT contam com apenas 1 profissional, 200 NIT possuem de 2 a 10 profissionais, 32 NIT possuem de 11 a 20 profissionais, 9 NIT possuem de 21 a 30 profissionais, 5 NIT possuem 31 a 50 profissionais e 3 NIT contam com mais de 50 profissionais atuando na gestão da política de inovação da instituição.

Em 2017 houve uma queda de 5,6% na quantidade de pedidos requeridos, apesar disso observou-se um acréscimo de 10 instituições que declaram possuir proteções intelectuais em relação ao ano-base 2016. Já a quantidade de pedidos concedidos aumentou 22,3% em relação ao ano anterior. Com relação à cotitularidade das proteções, observa-se a preferência por pedidos sem cotitularidade, sendo que estes representaram 76,6% das proteções requeridas e 88,8% das proteções concedidas no ano-base 2017.

O montante dos contratos de tecnologia tem sempre crescido nos últimos anos, tendo alcançado o significativo valor de R\$ 500,2 milhões no cômputo geral do ano-base 2017.

Os dados coletados pelo Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICT do Brasil (Formict) têm demonstrado os avanços anuais e também apontado para as oportunidades de aperfeiçoamento do processo.

## APÊNDICE

### Lista das instituições que preencheram o FORMICT ano base 2017

ICT	SIGLA	UF
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	APTA	SP
Assoc. Sulriograndense de Apoio ao Des. de Softw.	SOFTSUL	RS
Associação Centro de Inovação, Tecnologia e Educação	CITÉ	SP
Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco	ITEP/OS	PE
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas/NIT-Rio	CBPF/NIT-Rio	RJ
Centro de Análises de Sistemas Navais	CASNAV	RJ
Centro de Avaliações do Exército	CAEx	RJ
Centro de Est., Pesq. e Desenv. Tec. em Saúde Co.	CEPESC	RJ
Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	CESAR	PE
Centro de Hidrografia da Marinha	CHM	RJ
Centro de Inovação e Tecnologia Senai Campus CETEC	CIT	MG
Centro de Inovações CSEM Brasil	CSEM	MG
Centro de Instrução de Guerra Na Selva	CIGS	AM
Centro de Pesq. e Desen. Tec. em Infor. de Ilhéus	CEPEDI	BA
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer	CTI Renato Archer	SP
Centro de Tecnologia Mineral	CETEM	RJ
Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste	CETENE	PE
Centro Estadual de Educ. Tecnológica Paula Souza	CEETEPS	SP
Centro Fed. de Educ. Tec. Celso Suckow da Fonseca	CEFET/RJ	RJ
Centro Federal de Educação Tecnológica de MG	CEFET-MG	MG
Centro Integrado de Telemática do Exército	CITEx	DF
Centro Internacional de Tecnol. de Software	CITS	PR
Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais	CEMADEN	SP
Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais	CNPEM	SP

Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo	CTMSP	SP
Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais	CTecCFN	RJ
Centro Tecnológico do Exército	CTEx	RJ
Centro Universitário CESMAC	CESMAC	AL
Centro Universitário de Itajubá	FEPI	MG
Centro Universitário de Mineiros	UNIFIMES	GO
Centro Universitário de Patos de Minas	UNIPAM	MG
Centro Universitário FEI	FEI	SP
Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército	CCOMGEX	DF
Comissão Nacional de Energia Nuclear	CNEN	RJ
Coordenadoria de Inovação e Transferência de Tecnologia	CITT	RO
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	DCTA	SP
Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército	DCT	DF
Diretoria de Fabricação	DF	RJ
Diretoria de Serviço Geográfico	DSG	DF
Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha	DGDNTM	DF
Embrapa Amazônia Oriental	CPATU	PA
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Embrapa	DF
Empresa de Pesq. Agropec. e Ext. Rural de Santa Catarina	EPAGRI	SC
Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais	EPAMIG	MG
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública	EBMSP	BA
Escola de Guerra Naval	EGN	RJ
Facens- Faculdade de Engenharia de Sorocaba	IPEAS	SP
Faculdade Cesgranrio	FACESGRANRIO	RJ
Faculdade Luciano Feijão	-	CE
Faculdades Católicas / PUC-Rio	PUC-Rio	RJ
Flextronics Instituto de Tecnologia	FIT	SP

Fund. Centro Universitário Estadual da Zona Oeste	UEZO	RJ
Fund. Vale do Taquari de Educ. e Desenv. Social	FUVATES	RS
Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Mg	Fundação Hemominas	MG
Fundação Certi	CERTI	SC
Fundação CPqD - Centro P&D Telecomunicações	CPqD	SP
Fundação de Amparo À Pesquisa do Estado do Amazona	FAPEAM	AM
Fundação de Ciência e Tecnologia	CIENTEC	RS
Fundação de Desenv. Pesquisa do Agronegócio	FUNDEPAG	SP
Fundação Desembargador Paulo Feitoza	FPF Tech	AM
Fundação Edson Queiroz - Universidade de Fortaleza	UNIFOR	CE
Fundação Educacional da Região de Joinville	UNIVILLE	SC
Fundação Ezequiel Dias	FUNED	MG
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	FHEMIG	MG
Fundação Instituto Nacional de Telecomunicações	Inatel	MG
Fundação Instituto Pólo Avançado da Saúde de RP	FIPASE	SP
Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará	NUTEC	CE
Fundação Oswaldo Cruz	FIOCRUZ	RJ
Fundação Parque Tecnológico da Paraíba	PaqTcPB	PB
Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	FPTI-BR	PR
Fundação Pio XII	HCB	SP
Fundação Universidade de Brasília	FUB	DF
Fundação Universidade de Caxias do Sul	UCS	RS
Fundação Universidade do Amazonas	FUA	AM
Fundação Universidade do Contestado	FUnC	SC
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC	SC
Fundação Universidade do Vale do Itajaí	UNIVALI	SC
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS

Fundação Universidade Federal de Pelotas	UFPEl	RS
Fundação Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	SP
Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	SP
Fundação Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP
Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO
Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC
Fundação Universitária de Cardiologia	FUC	RS
Fundação Valeparaibana de Ensino	FVE/UNIVAP	SP
Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP	HCFMUSP	SP
Hospital de Clinicas de Porto Alegre	HCPA	RS
Hospital Naval Marcílio Dias	HNMD	RJ
Inst. Brasileiro de Info. em Ciência e Tecnologia	IBICT	DF
Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	IF BAIANO	BA
Inst. Fed. de Educação, Ciência e Tecnologia de SP	IFSP	SP
Instituto Adolfo Lutz	IAL	SP
Instituto Agrônômico	IAC	SP
Instituto Agrônômico do Paraná	IAPAR	PR
Instituto Aplysia	I.A.	ES
Instituto Árvore da Vida	IAV	SP
Instituto Atlântico	IA	CE
Instituto Biológico	IBSP	SP
Instituto Butantan	IB	SP
Instituto Capixaba de Pesq. Assist. Téc. Ext.Rural	INCAPER	ES
Instituto Centro de Ensino Tecnológico	Instituto CENTEC	CE
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	IDSM	AM
Instituto de Economia Agrícola	IEA	SP

Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira	IEAPM	RJ
Instituto de Inovação, Pesq., Desenvolvimento Cient. e Tec. do Amazonas	IPDEC	AM
Instituto de Pesca	IP	SP
Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do EB	IPCFEx	RJ
Instituto de Pesquisas da Marinha	IPqM	RJ
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo	IPT	SP
Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Científicas	IPTC	SP
Instituto de Tecnologia de Alimentos	ITAL	SP
Instituto de Tecnologia do Paraná	TECPAR	PR
Instituto de Tecnologia e Pesquisa	ITP	SE
Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento	Institutos Lactec	PR
Instituto de Zootecnia	IZ	SP
Instituto Educacional Piracicabano da Igreja Metod	IEP	SP
Instituto Evandro Chagas	IEC	PA
Instituto Fed de Educ, Ciênc. e Tecnol. de Roraima	IFRR	RR
Instituto Fed. de Educ. Ciência e Tec. de Brasília	IFB	DF
Instituto Fed. de Educação, Ciência e Tec. da Bahia	IFBA	BA
Instituto Federal Catarinense	IFC	SC
Instituto Federal de Alagoas	IFAL	AL
Instituto Federal de e C e T Farroupilha	IFFarroupilha	RS
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia	IFAP	AP
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre	IFAC	AC
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	IF Sudeste MG	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	IF SERTÃO-PE	PE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	IFPB	PB
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	IFPE	PE
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	IFRO	RO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	IFPA	PA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	IFRJ	RJ
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	IFSULDEMINAS	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	IFTM	MG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	IFRN	RN
Instituto Federal de Goiás	IFG	GO
Instituto Federal de Mato Grosso	IFMT	MT
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	IFMS	MS
Instituto Federal de Santa Catarina	IFSC	SC
Instituto Federal de Sergipe	IFS	SE
Instituto Federal de Tocantins	IFTO	TO
Instituto Federal do Amazonas	IFAM	AM
Instituto Federal do Ceará	IFCE	CE
Instituto Federal do Espírito Santo	IFES	ES
Instituto Federal do Maranhão	IFMA	MA
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	IFNMG	MG
Instituto Federal do Paraná	IFPR	PR
Instituto Federal do Piauí	IFPI	PI
Instituto Federal do Rio Grande do Sul	IFRS	RS
Instituto Federal Educ, Ciência, Tec. Fluminense	IFFluminense	RJ
Instituto Federal Goiano	IF Goiano	GO
Instituto Federal Minas Gerais	IFMG	MG
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense	IFSul	RS
Instituto Militar de Engenharia	IME	RJ
Instituto Nac. Metrologia, Qualidade e Tecnologia	INMETRO	RJ
Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada	IMPA	RJ

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	INPA	AM
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	INPE	SP
Instituto Nacional de Tecnologia	INT	RJ
Instituto Pasteur	IP	SP
Instituto Rio Grandense do Arroz	IRGA	RS
Instituto Senai de Inovação em Eletroquímica	ISI Eletroquímica	PR
Instituto Senai de Inovação para TICS	ISI-TICs	PE
Instituto Stela	STELA	SC
Instituto Tecnológico Inovação	ITI	SP
Instituto Vital Brazil SA	IVB	RJ
Kimberly-Clark Centro de Inovação	CI	SP
Laboratório Farmacêutico da Marinha	LFM	RJ
Laboratório Nacional de Astrofísica	LNA/MCTI	MG
Laboratório Nacional de Computação Científica	LNCC	RJ
Museu de Astronomia e Ciências Afins	MAST	RJ
Museu Paraense Emílio Goeldi	MPEG	PA
Observatório Nacional	ON	RJ
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC-Campinas	SP
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	PUC Goiás	GO
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	PUC MINAS	MG
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	PUCPR	PR
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	PUCRS	RS
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	SP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI BA	BA
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Regional Ms	SENAI-DR/MS	MS
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Pará	SENAI-PA	PA

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - RS	SENAI/RS	RS
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SC	SENAI-SC	SC
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai /Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis - CTGAS-ER	SENAI/CTGAS-ER	RN
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SP	SENAI/SP	SP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial DR-CE	SENAI/CE	CE
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Paraná	SENAI PR	PR
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial RJ	SENAI-RJ	RJ
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-Goias	SENAI/GO	GO
Sociedade Educacional de Santa Catarina	UNISOCIESC	SC
Unievangélica - Centro Universitário de Anápolis	UniEvangélica	GO
Univ Fed de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS
Univ. da Integ. Intern. da Luso. Afro-Brasileira	UNILAB	CE
Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG
Universidade Católica de Brasília	UCB	DF
Universidade Católica de Pelotas	UCPel	RS
Universidade Católica Dom Bosco	UCDB	MS
Universidade Comunitária da Região de Chapecó	Unochapecó	SC
Universidade de Passo Fundo	UPF	RS
Universidade de Pernambuco	UPE	PE
Universidade de Rio Verde	UNIRV	GO
Universidade de Santa Cruz do Sul	UNISC	RS
Universidade de São Paulo	USP	SP
Universidade de Sorocaba	Uniso	SP
Universidade do Contestado	UnC	SC
Universidade do Estado da Bahia	UNEB	BA
Universidade do Estado de Mato Grosso	UNEMAT	MT
Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	MG

Universidade do Estado do Amapá	UEAP	AP
Universidade do Estado do Amazonas	UEA	AM
Universidade do Estado do Pará	UEPA	PA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	RJ
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	UERN	RN
Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	SC
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC
Universidade do Sul de Santa Catarina	Unisul	SC
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	RS
Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	PB
Universidade Estadual de Alagoas	UNEAL	AL
Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	SP
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas	UNCISAL	AL
Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	BA
Universidade Estadual de Londrina	UEL	PR
Universidade Estadual de Maringá	UEM	PR
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	UEMS	MS
Universidade Estadual de Montes Claros	UNIMONTES	MG
Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	PR
Universidade Estadual de Roraima	UERR	RR
Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	BA
Universidade Estadual do Ceará	UECE	CE
Universidade Estadual do Centro-Oeste	UNICENTRO	PR
Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	MA
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	RJ
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	UNIOESTE	PR
Universidade Estadual do Piauí	UESPI	PI

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	UERGS	RS
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	BA
Universidade Estadual do Tocantins	UNITINS	TO
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	SP
Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA	CE
Universidade F. da Integração Latino-Americana	UNILA	PR
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL-MG	MG
Universidade Federal de Campina Grande	NITT/UFCCG	PB
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	MG
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE

Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC
Universidade Federal do Cariri	UFCA	CE
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	BA
Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	PA
Universidade Federal do Pará	Agência de Inovação - UNIVERSITEC	PA
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Unifesspa	PA
Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN
Universidade Feevale	Feevale	RS

Universidade Luterana do Brasil	ULBRA	RS
Universidade Presbiteriana Mackenzie	UPM	SP
Universidade Regional do Cariri	URCA	CE
Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS	UNIJUÍ	RS
Universidade Salvador	UNIFACS	BA
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	PR

MINISTÉRIO DA  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

